



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

IVNA DE OLIVEIRA NUNES

**TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E RENDA: uma análise crítica da situação feminina
no município de Várzea Alegre - Ceará**

FORTALEZA/CE

2013

IVNA DE OLIVEIRA NUNES

**TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E RENDA: uma análise crítica da situação feminina
no município de Várzea Alegre - Ceará**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.

FORTALEZA/CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- N925t Nunes, Ivna de Oliveira.
Trabalho, escolarização e renda : uma análise crítica da situação feminina no município de Várzea Alegre - Ceará / Ivna de Oliveira Nunes. – 2013.
101 f. : il., enc. ; 30 cm..
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Prof. Dr. Justino de Sousa Junior.
- 1.Mulheres – Emprego – Várzea Alegre(CE). 2.Salários – Mulheres – Várzea Alegre(CE).
3.Mulheres – Educação – Várzea Alegre(CE). I. Título.

CDD 331.4098131

IVNA DE OLIVEIRA NUNES

**TRABALHO, ESCOLARIZAÇÃO E RENDA: uma análise crítica da situação feminina
no município de Várzea Alegre – Ceará**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Aprovada em __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha (Examinadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eptácio Macário Moura (Examinador)

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha maior saudade, meu pai (*in memoriam*), que partiu antes de ver um sonho tornar-se concreto.

Às duas mulheres da minha vida Joana (mãe) e Iara (irmã). Se elas esse caminho não faria tanto sentido.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida.

À minha mãe, pela bravura e determinação. Obrigada por chorar o meu choro, rir do meu sorriso, porque com ela há o entendimento de que o amor deve ser compartilhado em todas as circunstâncias.

Ao meu pai, que me concedeu todas as possibilidades para que eu me tornasse a mulher que sou.

À minha irmã Iara, pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis de dor e de perda. Desculpe pela ausência nos momentos de mais aflição. Meu amor é seu!

Aos meus avós Ivone e Elizeu pela delícias de histórias e estórias.

Aos meus padrinhos Evandro e Emerson, por cumprirem perfeitamente o papel de segundo pai. Obrigada por tanto amor.

A Ernandes pelo amor.

À minha grande família, pela alegria de viver. Em especial a pequena Luisa, que ao me ver desabar em lágrimas, me deu o abraço seguro para continuar.

Às minhas amigas ueceanas: Vanessa, Alessandra, Natália, Rebeca, Isadora e Joana. As nossas diferenças nos une.

Ao amigo César Lima, pelo acolhimento na FACED, pela viagem, pela companhia no café, pelo apoio e por tantas coisas que nem sei enumerar.

À Dani por ser um anjo na minha vida. Obrigada pelos seus ensinamentos.

Aos linha de frente das manifestações: Duane, She, Thiago Roniere, Edio e Elaine; porque “quem ‘tá’ na linha de frente, não pode amarelar.

Aos amigos: Cícero Renato, Ariadne, Amanda, Larissa e Fabi, Luana Paula, Jana, Dário, Linconly, Ramon, Renata Cavalcante, Lu Sátiro, e a “galera” do Projovem Adolescente e PSB.

À amiga Luciene, pela companhia no amado “cours de français”.

Ao amigo Diego Lima, pela paciência para me ensinar a fazer tabelas e pela amizade desde os tempos de Farias Brito.

Aos amigos da FACED: Danielle, Germana Zatonelli, Lêda, Naiara, Glória e Graice. O apoios de vocês foi fundamental.

À Funcap pelo apoio financeiro através da bolsa de estudos.

Se ele tivesse nascido Mulher

"Dos dezesseis irmãos de Benjamin Franklin, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade. Mas na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote, e dez meses depois deu à luz seu primeiro filho. Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando os que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças, correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a panela. Jane foi esposa devota e viúva exemplar; e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais, doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados. Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada a deriva pelo fio de um papagaio, como costumava fazer Benjamin, apesar da idade. Jane nunca teve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar. Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos. Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu o seu dever nesta terra e expiou parte de sua culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio. Seu caso não despertará o interesse dos historiadores."

Eduardo Galeano

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as determinações do trabalho feminino em Várzea Alegre em relação com a escolaridade e os índices de rendimento. A discussão parte do pressuposto que o fato ser mulher faz com que auferam menor renda e detenham trabalhos mais precários, apesar de serem mais escolarizadas. O aumento e permanência do trabalho feminino a partir de 1980, dado com as transformações no mundo do trabalho, apresenta-se não apenas como fruto da pressão do movimento feminista por maior acesso ao espaço público e igualdade, mas, também, como necessidade do capital em explorar mão de obra mais barata e na busca por qualidades humanas adequadas a sua reprodução. Contudo, esse processo não foi acompanhado de uma melhora nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, ao contrário, resultou em maiores contingentes de trabalhadores explorados e na compressão salarial. Observa-se no decorrer do texto que a absorção no mercado de trabalho é realizada de forma diferenciada para os sexos e que o capital se apropria das assimetrias entre os gêneros para auferir lucro. Às mulheres são designados os trabalhos precários e informais, sem nenhuma garantia de direitos. Além disso, os afazeres domésticos e o cuidado com filhos e parentes ainda recaem sobre a figura feminina. Dessa forma, o texto divide-se em três capítulos: no primeiro realiza-se um panorama mundial sobre as mudanças no mundo do trabalho a partir da crise de 1970. No segundo, realiza-se uma análise da feminização do trabalho no contexto brasileiro. Para isto, foram analisados os dados do IBGE dos 1990 e 2010, na busca demonstrar uma evolução no trabalho feminino, realizando uma intersecção entre trabalho, escolarização e rendimentos. E no terceiro capítulo fazemos uma análise sobre a particularidade do trabalho feminino em Várzea Alegre acerca das determinações da situação feminina.

Palavras-Chave: Trabalho, Gênero, Renda e Educação escolar.

ABSTRACT

The research aims to analyze the determination of female labor in Várzea Alegre in relation to education and income levels. The discussion assumes that the fact that being a woman makes who earn less income and hold more precarious jobs, despite being more educated. The rise and permanence of women's work from 1980 , given to the transformations in the world of work presents itself not only as a result of pressure from the feminist movement for greater access to public space and equality, but also as a need of capital to exploit cheaper labor and the search for human qualities suitable for reproduction. However, this process was not accompanied by an improvement in working conditions and living standards of workers, in contrast, resulted in greater numbers of exploited workers and wage compression. It is observed throughout the text that the absorption in the labor market is performed differently for the sexes and that capital appropriates the asymmetries between genders to earn profit. Women are designated informal and precarious jobs without any warranty rights. Furthermore, the housework and the care children and relatives still fall on the female figure. Thus, the text is divided into three chapters : the first holds up a global overview of the changes in the working world after the crisis of 1970. In the second, we make an analysis of the feminization of labor in the Brazilian context. For this, we analyzed the data from the IBGE of 1990 and 2010, seeking to demonstrate an evolution in women's work, performing an intersection between work, education and income. And in the third chapter we give an analysis of the particularity of female labor in Várzea Alegre determinations about the situation of women.

Keywords: Work, Gender, Income and Education school .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|--------------|--|----|
| TABELA 01 – | TAXA DE ATIVIDADE SEGUNDO IDADE E SEXO BRASIL | 51 |
| TABELA 02 – | HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA BRASIL, 2002 E 2009 | 52 |
| TABELA 03 – | DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SEXO E SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA..... | 56 |
| TABELA 04 – | DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – BRASIL | 57 |
| TABELA 05 – | DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL – BRASIL | 59 |
| TABELA 06 – | TAXAS DE ATIVIDADES SEGUNDO SEXO E ESCOLARIDADE – BRASIL | 67 |
| GRÁFICO 01 – | ENSINO SUPERIOR CONCLUINTES DO SEXO FEMININO SEGUNDO ÁREA – BRASIL 1994 – 2009 | 68 |
| TABELA 07 - | POPULAÇÃO RESIDENTE (2000-2010) | 72 |
| TABELA 08 – | POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE (2000/2010)..... | 73 |
| TABELA 09 – | POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE (RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENSAL DE ATÉ R\$ 70,00) – 2010 | 74 |
| TABELA 10 – | RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO R\$ 510,00) – 2010 | 76 |
| TABELA 11 – | FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR TIPO DE FAMÍLIA E SEXO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA | 76 |
| TABELA 12 – | FAMÍLIAS ÚNICAS E CONVIVENTES PRINCIPAIS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS | 77 |

| | | |
|-------------|---|----|
| TABELA 13 – | PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL | 83 |
| TABELA 14 – | NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS | 84 |
| TABELA 15 – | PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE. VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, O SEXO, AS CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL | 86 |
| TABELA 16 – | NÚMERO DE PROFESSORES E MATRÍCULA INICIAL – 2010 | 87 |
| TABELA 17 – | POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE, SEGUNDO O SEXO | 88 |
| TABELA 18 – | PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO | 88 |
| TABELA 19 – | PESSOAS COM PELO MENOS NÍVEL SUPERIOR DE GRADUAÇÃO CONCLUÍDO, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO, SEGUNDO O SEXO E AS ÁREAS GERAIS | 89 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| CDL | Câmara dos Dirigentes Lojista |
| CEPAL | Comissão Econômica para América Latina e o Caribe |
| CREDE | Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IBGE | Instituto Brasileiro de |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDM | Índice de Desenvolvimento Municipal |
| IPECE | Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| LDB | Leis de Diretrizes e Bases da Educação |
| MEC | Ministério da Educação |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNAD | Programa Nacional de Amostra de Domicílios |
| PNUD | Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento |
| SEDUC | Secretaria da Educação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1. | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2. | AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DA CRISE DE 1970 E SEUS REBATIMENTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO | 22 |
| 2.1 | 2.1 A CRISE CAPITALISTA MUNDIAL EM 1970 E SEUS DESDOBRAMENTOS | 22 |
| 2.2 | AS RESPOSTAS DO CAPITAL A CRISE: A OFENSIVA CONTRA O TRABALHO, A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A CONTRARREFORMA DO ESTADO | 26 |
| 2.3 | AS MUDANÇAS O MUNDO DO TRABALHO | 31 |
| 2.4 | A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: NECESSIDADE DO CAPITAL OU CONQUISTA DA LUTA FEMININA? | 33 |
| 3. | A FEMINIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA | 40 |
| 3.1 | A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: ESTRATÉGIAS PARA A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL | 40 |
| 3.2 | O CASO BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MEDIDAS NEOLIBERAIS, CONTRARREFORMA DO ESTADO E MUNDO DO TRABALHO | 43 |
| 3.3 | O TRABALHO FEMININO NO BRASIL | 46 |
| 3.4 | AS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL NOS ANOS 1990 E 2000 | 50 |
| 3.5 | IGUALDADE NO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO COMO UM DIREITO OU UM FATOR PARA EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO FEMININO?..... | 61 |
| 3.6 | TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO FEMININA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS ANOS 1990 E 2000..... | 66 |

| | |
|---|-----------|
| 4. – A PARTICULARIDADE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE | 72 |
| 4.1 ECONOMIA | 78 |
| 4.2 TRABALHO E RENDA | 82 |
| 4.3 EDUCAÇÃO | 87 |
| 4.4 4.4 AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS FEMININAS: NA BUSCA DE UMA VISIBILIDADE ATRAVÉS DE MECANISMOS DE TRABALHO E RENDA..... | 90 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 |
| REFERÊNCIAS | 97 |

1. INTRODUÇÃO

Analisar as determinações do trabalho feminino em Várzea Alegre em relação com a escolaridade e os índices de rendimentos, constitui-se como objeto de estudo (dissertativo-acadêmico) desta pesquisa.

O vínculo pessoal desta pesquisadora com o objeto de estudo iniciou-se na trajetória de discente da Universidade Estadual do Ceará, onde pude concluir o curso de graduação em Serviço Social com o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Quanto mais mulheres se juntam e pisam a terra firme, germina a esperança: uma análise vida e do trabalho das mulheres rurais do município de Várzea Alegre, CE”. A referida análise buscou compreender a vida e trabalho das mulheres rurais do município de Várzea Alegre, e dela resultaram algumas conclusões importantes.

Dentre elas, observou-se que a realização das atividades desempenhadas por mulheres, sejam nos espaços públicos ou nos afazeres domésticos, quando efetuados por trabalhadoras que possuíam um nível de escolaridade mais elevado (ensino médio incompleto/completo, ensino superior incompleto/completo), eram consideradas trabalho. As demais pesquisadas consideravam esses afazeres como complemento ou ajuda à figura masculina (marido, companheiro, filho, pai). Diante disso observou-se, de modo inicial, uma relação entre trabalho e educação que impulsionou esta pesquisadora a obter interesse pela temática.

Posteriormente, com a inserção no curso de Especialização em Serviço Social, Políticas Públicas na mesma universidade fez com que a temática sobre trabalho feminino e educação formal fosse aprofundada teoricamente. Este estudo propiciou a compreensão de que alguns fatores influenciam diretamente nas atividades desempenhadas pelas mulheres, tais como família, escolaridade e renda. Contudo, as análises elaboradas anteriormente, eram específicas do espaço rural do *locus* de pesquisa estudado.

A vontade de aprofundar sobre a temática da questão agrária e do trabalho feminino foi dada com a inserção da pesquisadora no mestrado acadêmico em Educação Brasileira. Inicialmente, as discussões elaboradas encontravam-se na perspectiva de análise da educação nas associações de trabalhadoras rurais do município referido. Porém, com o aprofundamento teórico sobre a temática, percebeu-se a necessidade realizar um estudo sobre a situação feminina e suas mediações de uma forma mais ampla. Essa motivação aliou-se ao fato da

pesquisadora ser mulher e estar inserida em uma das profissões que possui características femininas denominadas pela construção histórico-social.

Dessa forma, a pesquisa caracteriza-se não só pela apropriação teórica do tema, mas pela necessidade militante-política de tornar visível a temática do trabalho feminino a partir da ótica marxista.

A motivação para a realização do estudo no município de Várzea Alegre deu-se pelo fato de a família da pesquisadora ser natural da comarca, permitindo um maior contato com o objeto a ser estudado. Em uma das visitas realizadas foi observado, através de diálogos com habitantes do município, que houve uma grande inserção do trabalho feminino em uma indústria de plásticos. Contudo a remuneração das trabalhadoras eram inferiores aos dos homens que exerciam a mesma função.

O município de Várzea Alegre, este se encontra localizado na região cento-sul do estado do Ceará. O quadro geral mostra que a população residente no município é de 38.434 habitantes dos quais 23.896 (62,17%) residem na zona urbana e 14.538 (37,83%) estão na zona rural. No que concerne à renda *per capita* familiar, mais da metade das famílias do município, ganham até um salário mínimo. As principais vocações econômicas são agricultura, os setores de serviço e de indústria. No que se refere ao trabalho feminino, que é o foco do estudo, as mulheres encontram-se concentradas em atividades da administração pública e de serviços.

Desta feita, as experiências acadêmicas e pessoais consubstanciaram-se em aprofundar o entendimento das mediações entre trabalho feminino e escolarização/formação e rendimento, com a ampliação do *locus* de estudo para o âmbito urbano.

As discussões acerca do trabalho feminino e do seu papel na produção social não são recentes¹. Contudo, é a partir das análises do capitalismo contemporâneo que o trabalho das mulheres emerge como uma das formas de superexploração da classe trabalhadora pelo capital, de um lado. De outro a denominada feminização do trabalho aparece como resultante da luta feminista. Assim, a temática relacionada a situação feminina passa a ser objeto de estudo de na literatura da sociologia do trabalho, bem como das feministas (marxistas, pós-

¹ Nogueira (2004) faz uma análise na primeira parte de seu livro sobre o trabalho das mulheres nas sociedades pré – capitalista até a Revolução Industrial.

modernas, psicanalistas) a exemplo²: Antunes (1999), Nogueira (2004; 2006), Cisne (2012), Bruschini (1994), Hirata (2004), Kèrgoat (2003), Lobo (2011), entre outros.

Assim, a análise bibliográfica e o exame documental consistem a metodologia da pesquisa qualitativa que se pretende desenvolver, sob a perspectiva da abordagem da teoria crítica marxista. Não obstante, na análise documental procura-se ter cuidado na tentativa de evitar a parcialidade que conduz ao erro de incidir-se apenas no texto legal sem considerar os desdobramentos no desenho da realidade objetiva (LEHER, 2010).

Toda pesquisa tem seu formato, temporalidade e limitações própria de suas análises, pois se sabe que o real é dinâmico e contraditório. A finalidade de uma pesquisa expressa uma análise mais profunda deste por certo período de tempo. Ainda, também não se pode perder de vista que o conhecimento da realidade social é inesgotável. Uma pesquisa, por melhor que se aproxime das dimensões da reprodução social, sempre será provisória e aproximativa, porque o real é sempre movimento, é dialético.

Compreende-se como método, o caminho de articulação entre a teoria e o objeto investigado. É a relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto, lembrando que este sujeito é sempre ativo, capaz de mobilizar o máximo de conhecimento sobre o objeto, e “deve ser dotado de criatividade e imaginação”. (NETTO, 2009, p. 675).

Para o desenvolvimento do caminho de formação da teoria, como a realidade social apresenta-se por meio de múltiplas expressões das relações humanas e sociais, esse método precisa compreender a totalidade dos fenômenos a ele articulado, para sair da aparência desses e só assim, adentrar na essência do objeto investigado (sua estrutura e a dinâmica). Esse é o caminho que o pesquisador colocará no pensamento as dimensões inerentes a esse objeto.

Essa processualidade da constituição do conhecimento parte sempre de uma exaustiva produção analítica baseada na dualidade do movimento: negação e superação, ruptura e continuidade, em sua constante construção e evolução histórica, formando-se aqui o movimento de apreensão do real na perspectiva dialética.

² Os autores citados compõem-se de uma perspectiva de análise crítica, já que é este o viés da pesquisa. Para maiores discussões acerca de autores que retratam o trabalho feminino a partir de outras abordagens, ver Lobo (2011)

Em face dessa compreensão, este estudo apresenta como método de análise a perspectiva materialista histórico-dialética, a qual possibilita observação e apreensão da processualidade do movimento do real a partir da articulação das categorias: historicidade, dialeticidade³, contradição e mediação abrangendo a totalidade⁴ de fenômenos (complexos dos complexos) que interligam a esse real, para, sobretudo, transformá-lo.

Desse modo, empreende-se o movimento inicial do objeto de pesquisa com as elaborações teóricas possibilitando situá-lo sob os aspectos sociais, econômicos e políticos. Assim, constitui-se como objetivo geral da pesquisa: analisar as determinações do trabalho feminino em Várzea Alegre/Ce em relação com a escolaridade e os índices de rendimentos. Destes, apresentam-se como desdobramentos que compõem os objetivos específicos:

- I. Analisar a o contexto social, econômico e político do processo de feminização do trabalho;
- II. Compreender a interseção entre trabalho feminino, educação e rendimento no capitalismo contemporâneo;
- III. Verificar como a relação entre trabalho, escolarização e renda refletem na condição de gênero no Brasil
- IV. Analisar o trabalho feminino e seus desdobramentos na particularidade do município de Várzea Alegre, Ceará.

Ressalta-se ao longo do estudo a importância da análise teórico crítica de gênero através da teoria marxista. A apreciação crítica permite a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado na e pelas relações sociais, indo além das aparentes manifestações subjetivas e dos interesses individuais. A teoria marxista, assim, expõe as bases materiais concretas da subordinação das mulheres ao tempo que permite engendrar ações de transformação.

O levantamento preliminar das produções teóricas acerca do objeto de estudo conduziu às produções teóricas que se seguem.

³ Entende-se por contradição e dialeticidade, princípios básicos do movimento, relação entre os processos sociais gerando novos processos, pois o movimento do real não é estático, é sempre dinâmico.

⁴ Nos termos de Lukács, a categoria totalidade é ontológica e representa o concreto, síntese de determinações. É um complexo constituído de outros complexos subordinados, ou seja, toda parte é também um todo [...] um complexo de forças com relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade não elimina o caráter de elemento (1979, p. 39).

Antunes (1999) retrata que sociedade contemporânea economia capitalista mundial sofreu profundas transformações, precisamente em meados do século XX tendo como principais dimensões: concretização da ideologia neoliberal; traços da reestruturação produtiva; financeirização do capital com o grande fluxo de capitais através das bolsas de valores de todo o mundo; o desemprego estrutural; acentuação das desigualdades sociais e miséria, dentre outros.

As manifestações delimitadas no tecido social contemporâneo a partir da consolidação dos ditames capitalistas vigente alteraram as dimensões do mundo do trabalho, em que se configura um elevado desenvolvimento da ciência, tecnologia e a melhoria na qualidade de vida para uma pequena minoria, ao lado do aumento da pobreza e miséria da classe trabalhadora.

Outra transformação presente no mundo do trabalho é o aumento massivo da presença e permanência das mulheres nos mais diversos ramos das atividades econômicas. Como Antunes (1999) afirma, a feminização do trabalho, ou seja, o aumento do trabalho feminino no mundo não foi concomitante a melhoria da sua condição de vida tampouco da sua condição de gênero. O que se teve foi a inserção das mulheres em profissões precárias, trabalhos temporários e informais junto a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário e na dificuldade da sua integração e participação em associações e sindicatos.

É indubitável que algumas mulheres tenham se inserido em empregos antes tidos como de “domínio masculino”, sejam nos setores de grandes empresas ou nas chefias em forças de segurança, por exemplo. Porém, esse alcance em trabalhos de níveis salariais mais elevados não retira das mulheres sua “obrigação” com os afazeres domésticos e com o cuidado com os filhos.

No Brasil, o chamado processo de “feminização do trabalho”⁵ deu-se a partir dos anos 1980, com o aumento da presença e permanência das mulheres nos mais diversos ramos de atividades. Paralelamente a este fenômeno, os estudos de gênero surgem através do movimento feminista com o objetivo desnaturalizar e historicizar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, afirmando que essas relações são construções sociais determinadas pelas e nas relações sociais.

Porém, Safiotti (1976) retrata que o trabalho feminino assalariado é anterior a sociabilidade contemporânea. O trabalho feminino constituiu-se com a emergência da

⁵ Sobre a feminização do trabalho, ver Nogueira (2004) “A feminização no mundo do trabalho”.

sociabilidade capitalista, que a transformou as mulheres em contingente da classe trabalhadora. Para a autora, as mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial não fizeram senão tornar evidentes as funções econômicas das mulheres.

Outras discussões acerca da permanência e do aumento do trabalho feminino são elaboradas por Cinse (2012) e Nogueira (2004). Para as autoras a inserção massiva das mulheres no âmbito econômico é justificado pela divisão sexual de trabalho. As autoras abordam que as condições sociais em que os homens e mulheres vivem não são produtos do destino biológico, mas das relações sociais de sexo. Estas possuem uma base material, que é o trabalho, e se mostram através da divisão social do trabalho entre os sexos. Cisne (2012) afirma que apesar da inserção do trabalho feminino no mercado de trabalho, não houve uma ruptura com as responsabilidades na esfera doméstica e com a reprodução social. As atividades domésticas são responsabilidade direta ou indireta das mulheres e são realizadas em uma dupla jornada de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliário). Com essa sobrecarga de afazeres há uma maior disponibilidade para envolver-se preferencialmente em trabalhos temporários, ou seja, concentrados em determinados períodos durante o ano.

Procura-se destacar no texto que há uma relação direta entre trabalho e escolaridade e rendimentos. Rosemberg (2012) afirma que as mulheres com baixos índices de escolaridade estão mais propícias a inserirem-se trabalhos eventuais e temporários.

Segundo Brumer (2004), no que concerne à instrução escolar, percebe-se que as mulheres que possuem índices baixos de escolarização e encontram-se em empregos eventuais e temporários, que exigem das mulheres: adequação a atividades repetitivas, rotineiras e desgastantes, capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo e poder afastar-se da residência por pouco tempo.

Desta do exposto, consiste-se como hipótese de pesquisa que o fato de ser mulher faz com que auferam menor renda e detenham trabalhos mais precários, mesmo tendo maior escolaridade. Deste modo, verifica-se, portanto, a necessidade de aprofundamento das categorias trabalho, divisão sexual do trabalho, gênero, rendimentos e educação escolar.

O contato inicial com as obras elencadas oportuniza compreender as abordagens teóricas sobre o tema e permite realizar alguns questionamentos, quais

sejam: Qual o lugar que a mulher ocupa no contexto da crise e do ajustamento do capital? Como se relacionam as variáveis escolarização, trabalho e renda das mulheres? Como se materializa a inserção social da mulher em Várzea Alegre tendo as variáveis escolarização, rendimentos e trabalho?

Desta feita, a pesquisa parte do panorama histórico de crise estrutural do capitalismo em 1970, apontando para a resposta do capital a crise com a denominada a *mundialização* do capital e os seus desdobramentos, que atingem a classe trabalhadora, e mais especificamente a mão-de-obra feminina com a denominada feminização do trabalho. A presença efetiva das mulheres no mercado de trabalho como um acontecimento mundial será demonstrada como necessidade do capital de mão-de-obra mais barata e qualificada bem como fruto dos movimentos feministas, iniciados em 1980.

O segundo capítulo irá retratar sobre trabalho, educação e renda no contexto de mundialização do capitalismo no Brasil, apontando inicialmente, a inserção do país neste contexto. Pretende-se abordar como o processo de inserção das mulheres na esfera produtiva neste período e os rebatimentos na vida social, econômica e política dessas mulheres. Procura-se destacar no texto a interseção entre trabalho, escolarização e renda no Brasil. Os dados apresentados serão ofertados pelo censo do IBGE a partir de recorte tempo mais especificamente entre os anos 1990 – 2010.

O terceiro capítulo irá abordar sobre trabalho, educação e renda feminina na realidade específica de Várzea Alegre, a fim de consolidar e materializar o estudo.

2. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DA CRISE DE 1970 E SEUS REBATIMENTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo consiste na reconstrução dos elementos históricos gerais do que se pretende desenvolver acerca do mundo do trabalho e suas implicações para a classe trabalhadora. A abordagem inicial será efetuada a partir de estudos sobre a crise do capital em 1970, considerando este período como o divisor do desenvolvimento social, pois ele apresenta importantes mudanças nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e culturais, a partir da necessidade de reformular estratégias para a saída da crise.

Essas novas mudanças que buscaram conter a crise do capital foram caracterizadas pelo processo de mundialização do capital, pelo fim do modelo de produção que se baseou no taylorismo/fordismo e pelo avanço da tecnologia, de um lado. Do outro, essas transformações tiveram um rebatimento direto na condição de vida da classe trabalhadora, que convivem com a forma mais bárbara da exploração de sua força de trabalho, através do crescimento dos índices de pobreza, desemprego e exclusão em todos os cantos do mundo.

Além disso, as mudanças ocorridas no modo de produção atingem diretamente a força de trabalho feminino, que ganha relevo a partir da mundialização do capital. Desta forma, este capítulo realiza uma análise do processo denominado de feminização do trabalho, demonstrando que esse acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho foi acompanhado das formas mais precárias: trabalho em tempo parcial, informalidade, destituição de direitos sociais, baixos salários, apesar de estudarem mais, e empobrecimento, não só da força de trabalho feminino, mas da classe trabalhadora.

Desse modo, faz-se mister verificar as características da denominada mundialização do capital, a fim de compreender as transformações ocorridas no âmbito econômico e político, bem como as modificações que atingem diretamente o mundo do trabalho.

2.1 A crise capitalista mundial em 1970 e seus desdobramentos

A década de 1970 retrata o início de profunda crise mundial do modo de produção capitalista, na qual o modelo de acumulação e a política econômica implantada

no pós-segunda grande guerra não estavam contendo a tendência à queda da taxa de lucro, gerada pela redução do nível de produtividade, sendo o capital pressionado a encontrar alternativas para superar a grande recessão⁶. Este fator acarretou uma mudança não só no padrão de acumulação, mas também provocou uma intensa reestruturação das relações sociais.

Este novo padrão de acumulação que surge a partir da década de 1970 é caracterizado pela *mundialização do capital*, pelo declínio do Estado de bem estar social, pelo crescimento dos índices de pobreza e desemprego, bem como pela ascensão política de setores conservadores em importantes países como EUA, Inglaterra e Alemanha. Além disto, a forte pressão dos trabalhadores tornou-se decisiva para a crise, pois houve um aumento do movimento sindical que demandava melhores salários e contestava o modelo de produção vigente.

A superação desta crise, na perspectiva do capital, exigia a adoção de um conjunto de medidas por parte da burguesia, no sentido de encontrar respostas para a produção em ascensão, através da chamada reestruturação produtiva e de medidas de caráter neoliberal. Essas soluções encontradas pelo capital trouxeram imbuído um complexo de transformações mundiais que afetam os diversos setores sociais, políticos, econômicos e culturais e que, atingem diretamente o mundo do trabalho.

As propostas que surgem para converter o ciclo da crise de 1970 se deram através de algumas medidas: i) a recuperação das taxas de lucros, através dos ataques aos salários e as forças sindicais; ii) o incremento das forças tecnológicas, que permitia otimizar a produção, tornando-a mais enxuta, além de diversificá-la, bem como a aplicação de novos métodos de organização do trabalho, que além de enxugar os processos de trabalho, iria potencializar o rendimento do trabalhador. O objetivo da produção era produzir mais, com menor custo e menor tempo de trabalho; iii) a fuga dos capitais para outras fronteiras nacionais, especificamente aqueles que não têm excesso de mercadorias em relação à demanda; e iv) minimizar o investimento na atividade produtiva-comercial e reinvestir na esfera financeira.

Estes fatores acarretaram em um processo de implementação de reestruturação no mundo produtivo que buscou a recuperação do ciclo de expansão do capital ao mesmo tempo

⁶ Os ciclos de crises capitalistas acontecem pela superprodução e superacumulação. Segundo Montano (2011, *apud* MANDEL, 1982, p. 182), “as crises de superprodução são ocasionadas por uma queda na taxa de lucro, determinada pela redução de investimento e pelo aumento do desemprego. Este fator refere-se a um desequilíbrio entre a capacidade de produzir e a condição de consumo de mercadorias, pela população, por preços que gerem lucro. As crises de superacumulação é o período em que o excesso de capital não pode ser investido completamente, garantindo a taxa de lucro esperada”.

em que visava recompor seu projeto de dominação societal, posto em cheque pela confrontação com o trabalho.

O que aconteceu neste período foi uma transformação no processo de produção com a constituição de formas de acumulação flexível, de gestão organizacional, do avanço tecnológico e da substituição parcial do modelo de produção taylorista/fordista. Essas modificações foram decorrentes da própria concorrência intercapitalista (no momento de crises e disputas entre os grandes grupos transacionais e monopolistas), por um lado, e por outro, pela necessidade de controlar as lutas sociais.

Foi opondo-se às lutas sociais que o capital buscou formas de reorganizar sua dominação societal, não apenas com finalidades de modificações no processo produtivo, mas de gerar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Uma das formas foi efetuada no plano ideológico, através do subjetivismo e do culto ao individualismo no âmbito do trabalho e da vida social (ANTUNES, 2010).

No que concerne às modificações no âmbito econômico, verificou-se a diminuição dos ganhos de produtividade, que pode ser explicada pelos limites técnicos e sociais dos métodos tayloristas e fordistas de produção, bem como modificações nos setores de produção, no mercado, nos novos modos de fornecimento de serviços financeiros e nas formas intensificadas de tecnologia e organizações.

Com a crise, o grande capital desenvolve uma expansão da esfera financeira e, atrelada a essa expansão, houve uma tendência da abertura de fronteiras pelos Estados nacionais para o capital especulativo, a fim de atrair excedente mundial.

A financeirização da economia representa um marco no capitalismo contemporâneo assim como os demais processos, não é um fato isolado nem ocasional, mas tem na sua origem a força de uma lei do desenvolvimento capitalista: a concorrência. A intensificação da concorrência é uma consequência direta do período de euforia expansionista, dos massivos reinvestimentos do capital na produção e no comércio. Por sua vez, esta intensificação gera insegurança e impõe riscos indesejáveis, daí a fuga dos capitais para as esferas especulativas. (SOUSA JR., 2001, p. 86 - 87).

Dentre as principais medidas está o fim do sistema de paridade do padrão ouro-dólar criado no Pós Segunda Guerra, na conferência de *Bretton Woods*. É com esse fim que é demolido o alicerce dos “anos de ouro”, quebrando a hegemonia dos EUA. Esta medida também se deu pela impossibilidade de manter o modo de emissão e regulação do dinheiro mundial segundo aquele padrão, de um lado e, de outro, pelo crescimento do mercado de euro-dólares (op. cit., p. 88).

Deste modo, a financeirização da economia está vinculada à mundialização do capital, já que o capital especulativo precisava estabelecer meios para a circulação nos diversos cantos do globo. Além disto, faz-se necessário para esta expansão a perda de controle dos Estados nacionais sobre a economia mundial.

O capital, sob a hegemonia financeira, precisa promover a desregulamentação econômica, as fronteiras nacionais e constituir condições para sua acumulação: aumento de juros, redução de gastos fiscais e diminuição da força de trabalho. E os capitais mundialmente articulados necessitam de estados locais para impor suas políticas. Assim, os grupos transacionais articulados a instituições financeiras exercem o comando da acumulação. Configuram-se um bloco imperial formado por estados-nação hegemônicos, entidades intergovernamentais e privadas (FMI, BID), grandes corporações e empresas monopolistas transacionais.

Os estados nacionais apresentam-se, no processo de expansão da financeirização, através de posturas contrárias ao demonstrado no período do *Welfare State*, como o de posturas protecionistas, ao abrir suas fronteiras para o capital especulativo a fim de atrair o excedente mundial. Esta nova postura dos Estados nacionais ocasionou uma diminuição com os gastos estatais, principalmente no âmbito social, através da redução dos encargos salariais, a fim de captar recursos para o capital financeiro especulativo, a partir do aumento dos juros.

Foi assim que os princípios keynesianos, a denominada “Era de ouro”, bem como os padrões fordistas de produção e as relações sociais entraram em crise, tendo como principais resultados: o aumento do investimento externo, a crise do regime de regulação e acumulação taylorista/fordista, que altera o cenário tanto do consumo como do emprego; além dos crescentes índices de desemprego que rebatem diretamente na classe trabalhadora.

2.2 As respostas do capital a crise: a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado

Para que o capital pudesse impor suas políticas, outras transformações também deveriam se constituir em outros âmbitos para a afirmação do capitalismo contemporâneo no cenário mundial. Para isto, o capitalismo reformula estratégias sustentadas em pilares articulados, dentre elas: 1) ofensiva contra o trabalho; 2) reestruturação produtiva; 3) contrarreforma do Estado.

No que se refere à transformação estrutural, a principal mudança ocorrida no sistema mundial, nesse período, foi a substituição gradativa do padrão acumulativo baseado no binômio fordismo/taylorismo⁷ para o novo regime de reestruturação produtiva e “acumulação flexível”, baseado na flexibilidade dos processos produtivos, das relações de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo e, ainda, pelo surgimento do novo: novos padrões de serviços e mercados financeiros.

O mundo do trabalho, na verdade, ganhou contornos mais evidentes a partir da crise de 1970, pois foram postos em questão a rigidez do modelo de produção fordista e as conquistas trabalhistas estabelecidas naquele período. Em síntese, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, sejam elas organizacionais, de avanço tecnológico, têm o fito de atender às necessidades de expansão e acumulação do capital.

As mudanças que ocorreram em 1970, no que concerne à transição do binômio taylorista/fordista se deram, segundo Antunes (2010), entre continuidades com o padrão produtivo anterior, mas também por discontinuidades, *porém retendo o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e dos seus pilares fundamentais*. (Antunes, 2010, destaque do autor).

A dialética da continuidade/descontinuidade se presentifica no fato de que O ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional’, ‘qualificado’, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (socialmente necessário). Com efeito, se, de um lado, encontramos uma descontinuidade quando se verificam as inovações no processo de trabalho, de outro lado, encontramos como fato essencial a ‘intensificação das condições de exploração da força de trabalho’. (SOUSA JR., 2001, p. 106).

No que diz respeito à descontinuidade, há a inserção de novos elementos no mundo do trabalho no processo de acumulação flexível: a alta tecnologia, os novos padrões de organização e gestão da força de trabalho, a estrutura produtiva flexível, porém, este novo modelo de trabalho ainda mantém as condições de alienamento e estranhamento.

⁷ Segundo Antunes (1999, p. 36), o padrão de acumulação fordista/taylorista teve seu auge na grande indústria durante o século XX, tendo como base a “produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*”, na qual grande parte da produção era realizada dentro da fábrica [grifos do autor].

Outra característica é a forma de trabalho parcelar e fragmentado, com uma nítida separação entre elaboração e execução, separando o trabalho intelectual do trabalho manual. Este binômio de organização dos processos de trabalho efetivou-se a partir da racionalização do trabalho para combater o desperdício, reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho, objetivando a intensificação das formas de exploração. Com a adesão desta nova forma organizacional do trabalho, inicia-se a crise deste modelo devido à grande produção em massa sem escoamento dos produtos, provocando a queda da taxa de lucro; o que vai demonstrar os primeiros sinais de esgotamento do modelo fordista/taylorista no fim da década de 1960 ao início da década de 1970.

De outro lado, as relações de empregos que garantiam os direitos dos trabalhadores eram onerosas para o Estado e para o capital, havendo a necessidade de retração dos gastos públicos. A saída encontrada pelas forças socialmente dominantes foi a flexibilização da produção e do trabalho⁸ e a desregulamentação das relações de trabalho. Já no ponto de vista socioeconômico, tem-se a insatisfação desde essa época dos trabalhadores em relação aos empregos que estavam submetidos.

Além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos anos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos anos 70.

Os novos padrões de acumulação e bens de consumo exigidos pelo capital para aumentar seus lucros requerem uma nova forma de trabalho capaz de eliminar desperdícios de tempo e otimizar a produtividade do trabalho. O que acontece é o questionamento do trabalho parcelar executado no período fordista, agora o trabalhador é submetido a uma variedade de funções e diversidades de máquinas. É preciso o melhor aproveitamento do tempo (*Just in time*) e maior aproveitamento e controle do trabalho. Quanto à organização das empresas, esta está na acumulação flexível e se estruturam de forma horizontalizada.

Diferente do padrão de acumulação taylorista-fordista, o toyotismo⁹ caracterizava-se por uma organização e gestão flexível, baseado na diversificação do mercado.

O toyotismo, que se apresenta neste período como novo padrão produção organizacional e com tecnologia avançada, é resultados da introdução de técnicas de gestão do trabalho.

⁸ A flexibilidade nas relações de trabalho refere-se às diversas dimensões do sistema econômico: na produção, divisão técnica e social do trabalho, na estrutura organizacional das empresas, mercado de trabalho com a desregulação e alteração nos contratos (HARVEY, 1992).

Para Harvey (op. cit.), a acumulação flexível é considerada “uma combinação particular e nova de elementos antigos na acumulação de capital”. A acumulação flexível trouxe altos níveis de desemprego estrutural, retrocesso dos sindicatos, redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

⁹ O termo toyotismo faz alusão à fábrica japonesa Toyota, sendo usado para caracterizar o conjunto de técnicas de produção verificadas originalmente em empresas orientais no Japão, nas quais a combinação do cronômetro (controle de tempo) e a linha de produção (produção em série e em massa), emblemáticos do modo de produção taylorista/fordista, passam a adotar progressivamente técnicas diversificadas de produção baseadas na flexibilização da produção visando ao atendimento de uma diversidade de características inerentes a grupo de consumidores variados. Assim, por exemplo, se desenvolve uma tendência a adoção do estoque – reposição de produtos somente após a venda de todos aqueles que estão expostos. Decorrem destas medias a tendência à flexibilização dos trabalhadores ou a racionalização/manipulação dos mesmos (ANTUNES, 2008).

Assim, desenvolve-se uma estrutura de produção mais flexível recorrendo à produção desconcentrada e a empresas terceirizadas. O que há na produção denominada flexível é a utilização de novas técnicas de gestão do trabalho, do envolvimento participativo dos trabalhadores que preserve o trabalho alienado e estranhado. O denominado trabalho polivalente combinado a uma estrutura horizontal e integrada entre diversas empresas tem em vista a redução do tempo de trabalho. Em suma, o que se tem de fato são estruturas organizacionais que buscam a intensificação da exploração da força de trabalho, reduzindo o trabalho improdutivo.

Diferente do taylorismo/fordismo, em que seu apogeu se deu pela quantidade de trabalhadores nas fábricas, na empresa enxuta o que se tem é um menor contingente de trabalhadores, porém há um maior índice de produtividade. Ressalta-se que as mudanças nos processos produtivos têm consequências diretas no mundo do trabalho através da desregulamentação dos direitos trabalhistas, fragmentação da classe trabalhadora.

Uma outra diferença entre os modelos de produção fordista e toyotista é que este atende a demanda do mercado consumidor, assim, sua produção se dá na diversidade e na heterogeneidade. O trabalho é realizado em equipe com variedade de funções, rompendo com o caráter parcelar do fordismo. A produção se dá na flexibilidade, o que possibilita o operário a operar simultaneamente em várias máquinas e tem como princípio o *just-in-time*, que requer o melhor aproveitamento da produção. A estrutura empresarial é horizontalizada e demanda do trabalhador a discussão acerca de suas atividades e do desempenho, se apropriando assim do saber-fazer intelectual do mesmo. Assim, a racionalização do processo produtivo é dotada de forte disciplinamento da força de trabalho, o que caracterizou a liofilização dos processos de trabalho. Além desses fatores, o toyotismo implantou o emprego vitalício apenas para uma pequena parcela das grandes empresas, excluindo as mulheres.

Diante do exposto, o toyotismo trouxe imbricado o processo de intensificação da exploração do trabalhador, pois faz com que os trabalhadores operem simultaneamente em máquinas diversificadas e, ao mesmo tempo em que há essa intensificação, não há um aumento desses na esfera produtiva. Ressalta-se que a intensificação do trabalho é dada pela expansão, também, do trabalho *part time* e vem carregada de formas em que o capital se apropria para intensificar ainda mais essa exploração, a exemplo disso a utilização da divisão sexual do trabalho¹⁰, que relega as mulheres às atividades de tempo parcial e precárias. Não

¹⁰ Ver Nogueira (2004).

são apenas as mulheres que são atingidas, mas também o trabalho de imigrantes. Foi desta forma que o toyotismo aumentou a produção sem aumentar o número de trabalhadores.

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. (ANTUNES, 1999, p. 33).

Em suma, o que se tem de fato são estruturas organizacionais que buscam a intensificação da exploração da força de trabalho, reduzindo o trabalho improdutivo.

A reestruturação produtiva é permeada pela introdução de novas tecnologias advindas dos avanços técnico-científicos, que reduzem a demanda de trabalho vivo em favor do trabalho morto. Este fator implica diretamente na classe trabalhadora, pois os avanços tecnológicos tornam mais amplas e complexas as operações e atividades, o que requer um trabalhador mais qualificado e ao mesmo tempo capaz de responder às múltiplas atividades, devendo a força de trabalho ser qualificada e polivalente. Porém, paralelamente a essas exigências, há um movimento reverso, pois muitas atividades são desqualificadas, de forma a empregar força de trabalho que pode ser substituída a qualquer tempo.

Assim, o capital pode recorrer à força de trabalho em qualquer lugar do globo, de acordo com seu interesse de qualificação, existências de recursos naturais, podendo deslocar a produção de menor tecnologia e complexidades para regiões cuja força de trabalho e recursos produtivos tenham menor valor. “Em definitivo, a subcontratação, terceirização, externalização do trabalho, ao retirar o trabalhador da formal (e regulamentada por lei) relação salarial, permite ao capital dispor, quase na sua totalidade, da mão de obra de acordo com suas necessidades” (MONTANO e DURIGUETTO, 2010, p. 199).

Com efeito, os desdobramentos das mudanças se traduziram na desregulamentação do trabalho formal e consequentes perdas de direitos trabalhistas; aumento do trabalho informal; desemprego estrutural; perda de força dos órgãos representativos trabalhistas – sindicatos; feminização dos postos de trabalho, nas palavras de Antunes (2008, p. 199):

[...] desregulamentação, flexibilização, terceirização, *downsizing* – ‘*empresa enxuta*’, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo ‘mundo empresarial’, são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse mesmo capital.

Outra característica apontada por NETTO (2006) das mais marcantes é a exponenciação da “questão social”¹¹, principalmente com a precarização e a informalização no mercado de trabalho, que trazem formas de exploração passadas como o aumento da jornada de trabalho, o trabalho infantil, salários diferenciados para homens e mulheres, trabalho escravo etc.

Contudo, o capital não avança sem o aparato ideológico, daí a necessidade de reformulação no plano do controle social com as contrarreformas neoliberais caracterizadas pela defesa do mercado, do privado e, conseqüentemente, pelo ataque ao que é público, que se refletem nos cortes de orçamento das políticas público-sociais, nas privatizações de empresas públicas e na desregulamentação dos direitos trabalhistas.

[...] o neoliberalismo acirra a exploração da força de trabalho, mas não a institui; o neoliberalismo amplia as formas de ‘exploração’, de ‘enriquecimento’ e acumulação por um lado, e de empobrecimento por outro, mas isso não surge com esse projeto: *esses são fundamentos do capital*. (MONTANO e DURIGUETTO, 2010, p. 194).

Assim, o primeiro fator de mudança no neoliberalismo foi reduzir o papel do Estado, pois, para o capitalismo contemporâneo, este deveria ser reformado. A reforma do Estado surge pela necessidade do capital de liberar os mercados. Assim, a função econômica dos Estados foi de garantir condições atrativas para investimentos estrangeiros, através de infraestrutura, privatização e desnacionalização das empresas públicas, redução do gasto público social e a criação de incentivos fiscais.

O caráter de reforma não é de ajuste administrativo-institucional, mas está articulado à reestruturação produtiva, à retomada das taxas de lucros, da ampliação da hegemonia política, que visa alterar as bases do *Welfare State* e tem por objetivo esvaziar as lutas sociais. Para o neoliberalismo, o Estado deveria ser “reformado”, a fim de diminuir suas “funções *coesivas*, principalmente aquelas que respondem às satisfações dos direitos sociais” (NETTO, 2006, p. 227. Grifos do autor).

Contudo, a reforma tem o sentido de mudanças para a ampliação dos direitos, mas o que houve em 1980 foi um processo de contrarreforma, pois foi realizada através da supressão e da redução de direitos e garantias sociais. A contrarreforma se apresenta nos ajustes estruturais nos planos econômicos e social que os Estados nacionais tiveram que

¹¹ A “questão social” implica um conjunto de contradições que resultam da relação capital e trabalho e que provocam manifestações políticas por parte dos explorados, resistindo às condições em que trabalham e que vivem. Na concepção clássica, a “questão social” torna-se evidente no período de expansão industrial capitalista no século XVIII, a fim de explicar o fenômeno crescente do pauperismo que ocorria inversamente à produção de riquezas materiais e sociais, aumentando a desigualdade social (NETTO, 2001).

adotar a partir, principalmente, das pressões e exigências das instituições financeiras internacionais (FMI, BM e BIRD) para receber empréstimos e investimentos do capital financeiro. Uma outra imposição para o Estado é que ele não aumente o gasto público com políticas e serviços sociais.

Ressalta-se que a hegemonia neoliberal não foi capaz de resolver as crises do capitalismo, tampouco os índices de recessão e o baixo crescimento econômico. Contudo, as medidas tomadas afetaram diretamente à classe trabalhadora, com o aumento do desemprego, redução de salários e redução de gastos com políticas sociais.

Todo este processo de reestruturar o padrão de produção afetou drasticamente a vida do trabalhador devido à desvalorização da mão de obra. Para Netto (1996), as transformações societárias expressaram grandes alterações na (re)produção da vida social no capitalismo contemporâneo, com a expansão da mundialização da economia e a busca do grande capital pela flexibilização, a qual trouxe mudanças significativas que afetaram as forças produtivas e o processo produtivo.

Neste sentido, vivencia-se uma interdependência dos mercados que não redundam em homogeneização do trabalho, ao contrário, tais formas de desenvolvimento têm, não raro, significado aumento das desigualdades sociais para o conjunto de trabalhadores, homens e mulheres, não se restringindo somente à supressão de empregos, mas trazendo também a degradação das condições de trabalho e a pobreza produzida historicamente.

A pobreza, no cenário contemporâneo, assumiu novas configurações, principalmente em decorrência das mudanças processadas no mundo do trabalho, o qual se tornou cada vez mais instável, seletivo e fragmentado, por sua vez, como consequência das transformações ocorridas com a mudança no padrão de acumulação não mais baseada no padrão fordista.

2.3 As mudanças o mundo do trabalho

A acumulação capitalista de forma flexibilizada baseada na reengenharia, na empresa enxuta teve enormes consequências no mundo do trabalho. A classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se, complexificou-se ainda mais*. A classe trabalhadora tornou-se mais qualificada em setores que exigiam uma relativa intelectualização do trabalho, mas, por outro lado e em sua grande maioria, desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos. O que se tem é, de um lado, o trabalhador polivalente e multifuncional e, de outro, há uma

intensa massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, apresentados hoje na forma de *part-time*, emprego temporário, parcial ou vivenciando o desemprego estrutural.

Antunes (2010) retrata que o que se tem hoje é uma classe trabalhadora que inclui a totalidade dos que vendem a sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, que não se restringem ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social. O trabalhador produtivo é aquele que produz diretamente a mais-valia e que participa diretamente do processo de valorização do capital; ele detém um papel importante na centralidade da classe trabalhadora.

Porém, a classe trabalhadora engloba os trabalhadores improdutivos, que são aqueles em que as formas de trabalho são utilizadas como serviço e que não constituem diretamente como elemento produtivo. Ele abrange um leque de assalariados que não criam diretamente valor, mas que são necessários para a sobrevivência do sistema.

Assim, faz-se necessário ter uma ampliação da classe trabalhadora, pois assim ela incorpora a totalidade dos assalariados, visto que todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo. Além disso, faz-se necessário conceituar essa noção de classe trabalhadora ampliada, pois no capitalismo contemporâneo há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo e a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões sob o capitalismo.

Diante do exposto, vê-se que a classe trabalhadora ampliada são aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário e que incorpora o proletariado industrial, os assalariados dos setores de serviço, o proletariado rural, o proletariado precarizado, os da economia informal etc.

Assim, na nova composição do trabalho na sociabilidade contemporânea há também um aumento significativo do trabalho feminino, que tem sido absorvido pelo capital nas formas de trabalho precarizadas e desregulamentadas, preferencialmente. Contudo, essa expansão do trabalho feminino veio carregada de baixos salários, menores do que os rendimentos masculinos. E isso também ocorre no que se refere aos direitos e condições de trabalho.

Isso pode ser justificado pela divisão sexual do trabalho que atribui significados ao que se refere ao trabalho masculino e feminino, determinando espaços e papéis para ambos, e o capital se aproveita dessa situação para explorar a força de trabalho feminina. Dessa feita, no espaço fabril encontram-se os homens nas atividades de capital intensivo, já as

que requerem menor qualificação e fundadas em trabalho intensivo estão destinadas as mulheres.

Elas ainda realizam suas atividades duplamente dentro e fora do trabalho e dentro e fora de casa, e ao fazê-lo duplamente, ela é explorada duas vezes pelo capital, por exercer no espaço público seu trabalho produtivo e no âmbito da vida privada, suas horas são destinadas ao trabalho doméstico, onde o capital se apropria da sua reprodução na esfera de trabalho não diretamente mercantil, e é nesse espaço que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos e filhos e dela mesma. Sem a esfera de reprodução não-mercantil o metabolismo do sistema social estaria comprometido.

Essas transformações que ocorrem no capitalismo contemporâneo não podem conferir a validade das teorias que tratam sobre o fim do trabalho, o que ocorre com a classe trabalhadora é que ela se torna mais heterogênea, mais complexa e mais fragmentada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, entre jovens, mulheres, idosos, negros. Diante disso, não se pode falar do fim do trabalho.

Contudo, é importante destacar que as mudanças ocorridas no âmbito econômico repercutem de modo diferenciado entre os gêneros no mercado de trabalho, que não se esgotam no conteúdo dos trabalhos distintos, mas, sobretudo, nas relações assimétricas, na condição de hierarquia, da qualificação, da carreira e do salário (LOBO, 2011).

2.4 A feminização do trabalho no contexto contemporâneo: necessidade do capital ou conquista da luta feminina?

O contexto de mudanças sociais e produtivas ocorridas no capitalismo contemporâneo foi importante para o marco do movimento feminista. A partir de 1970, as discussões acerca das relações sociais e de poder entre homens e mulheres passaram a vigorar no espaço acadêmico com o objetivo de desnaturalizar e historicizar as desigualdades existentes entre os gêneros. Disparidades que são construções sociais determinadas pelas e nas relações sociais. Este período foi marcado pela participação feminina trabalhadora nas lutas e nas organizações políticas e sindicais.

A luta dessas mulheres encontrava-se no enfrentamento ao discurso conservador que naturalizava as atividades desenvolvidas pela figura feminina como destino natural: ser mãe, dona de casa e responsável pelos cuidados com os filhos. A efervescência dessas manifestações veio atrelada aos questionamentos sobre sexualidade, virgindade antes do

casamento e a utilização da pílula anticoncepcional. Era preciso lutar pela emancipação econômica e social feminina, atrever-se a salários iguais para os trabalhos na mesma área e por uma divisão mais justa nos trabalhos domésticos (GROSSI, 1998; NOGUEIRA, 2004).

A participação feminina nas lutas sociais em todos os países gerou um intenso debate sobre as condições de classe e gênero. Entre as lutas, a busca pela igualdade com os homens, sobretudo no âmbito formal. Dessas mobilizações resultaram eventos mundiais e leis internacionais sobre o reconhecimento da igualdade de gênero como elemento para a dignidade humana.

Portanto, a vigência do novo padrão de produção mundial dada pela acumulação flexível alterou significativamente o mundo do trabalho feminino, de um lado, com a expansiva feminização dos postos de trabalho e com o aumento e permanência das mulheres nos mais diversos ramos de atividade e, de outro, com a precarização ainda maior da força de trabalho feminina (ANTUNES, 2008).

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do part-time, precarizado e desregulamentado. (ANTUNES, 1999, p. 105).

Este processo torna-se mais evidente com a mundialização do capital que possibilitou a abertura dos mercados internacionais, na busca de implantar uma “igualdade” nos mercados entre países desiguais economicamente, refletindo diretamente na compra e venda da força de trabalho em todo globo da seguinte forma:

Nos anos 80/90 a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão, já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis. (NOGUEIRA, 2004, p. 01).

Este período, marcado pela mercantilização sem barreiras de produtos e serviços e por um aumento na tecnologia robótica e nas formas organizacionais do trabalho, é também identificado por um momento de grande desemprego e pela busca dos países centrais por mão de obra barata nos países periféricos, atingindo, principalmente, a força de trabalho feminina.

Como é sabido, a partir da década de 70, as mudanças ocorridas no plano econômico e social afetaram as relações sociais e familiares, pois houve um aumento do número de famílias monoparentais e de chefia familiar feminina.

Portanto, analisar a reestruturação do mercado, a partir das transformações econômicas e sociais, requer uma interseção com outras questões contemporâneas como o acirramento da pobreza que atingiu diretamente às famílias, principalmente a figura feminina.

No que concerne à especificidade da participação feminina neste novo contexto marcado pela crise, pela “flexibilização” das relações de trabalho e pela globalização financeira, Hirata e Le Doaré (1999) ressaltam a vulnerabilidade da mulher no mercado atual e destacam que a flexibilização do mercado de trabalho, o crescimento da precarização e a informalidade do trabalho são sexuais, pois atingem mais profunda e diretamente a força de trabalho feminina. As autoras apontam que as atuais mudanças no mundo do trabalho não só perpetuam como agravam as desigualdades sociais ligadas ao gênero¹². Para as autoras,

Assiste-se a uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto; de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis de trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte. (HIRATA e LE DOARÉ, 1999, p. 10).

As desigualdades no mundo do trabalho se apresentam nos polos das funções – o que é exercido pelo homem e o que é elaborado pela mulher –, das desigualdades salariais, desigualdade diante do desemprego e do tempo parcial. Tais desigualdades são reforçadas pela representação do trabalho masculino como de valor superior ao feminino, onde as condições de emprego não são as mesmas entre homens e mulheres, nem no acesso, nem na permanência (Hirata, 2000).

Apesar de a mulher encontrar-se cada vez mais ocupando espaço na esfera produtiva, o seu papel não foi alterado no que remete às responsabilidades e atribuições inerentes à esfera reprodutiva: os serviços domésticos continuam sendo atribuição feminina, apesar dos avanços conquistados no que se refere à participação das mulheres nos diferentes espaços, na economia, na política e na cultura.

¹² Gênero é uma categoria historicamente determinada que não se constitui apenas nas diferenças entre os sexos masculino e feminino, mas nos pilares em que estas desigualdades estão sustentadas nas relações sociais (SCOTT, 1989). Os estudos de gênero oferecem, durante séculos no Ocidente, subsídios para compreender as interfaces ideológicas que privilegiavam o sexo masculino em detrimento do sexo feminino, em que o homem caracterizava-se como provedor do âmbito doméstico e o sujeito privilegiado nos setores políticos e empregatícios, enquanto que a mulher ficava restrita ao âmbito privado responsável pela educação dos filhos e pelas tarefas do lar (ÁVILA, 2009).

Outras consequências desse processo global da economia é a ampliação do setor de serviços, de terceirizados, informais e temporários, desprovidos de vínculos empregatícios formais. A inserção da força de trabalho feminina no setor de serviço pode ser observada através das tendências do desenvolvimento em todos os países mais industrializados do mercado mundial que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois:

[...] os trabalhos de baixos salários são realizados por mulheres, minorias e imigrantes. Objetiva e intencionalmente, isso está *reduzindo o nível salarial geral* em todas essas economias. O aumento do número de mulheres na força de trabalho ocorreu em paralelo com o aumento do trabalho no setor de serviços da economia. Entre 60 e 85 por cento das mulheres empregadas nos estados da OECD estão ocupadas em serviços. Conforme aumentava a inflação e os salários reais começavam a cair, duas pessoas passaram a manter o rendimento familiar, e o aumento do crédito a sustentar o consumo em quase um quinto além do rendimento. Nos Estados Unidos, a porcentagem de mulheres na força de trabalho dominante saltou de 36,5 por cento em 1960 para 54 por cento em 1985; o principal aumento ocorreu na faixa de mulheres casadas entre os 25 e 34 anos, cuja participação passou de 28 por cento para 65 por cento. Em mais de 50 por cento das famílias com filhos, pai e mãe trabalham, inclusive quase todas as mulheres com filhos abaixo dos 6 anos. A diferença entre os salários de homens e mulheres diminuiu, mas a origem dessa mudança foi a *queda nos salários dos homens*. No entanto, apesar de mais de um ganha-pão, *o poder de compra familiar caiu nos anos 80*; em 1986 estava abaixo do que havia sido em 1979 e continuou a cair em 1987. Na Europa, as novas indústrias de tecnologia sofisticada e de serviços passaram a utilizar mais trabalhadores em meio período, mulheres e imigrantes. Essa tendência se tornou seu recurso para reestruturar a economia e aumentar o emprego. (KOLKO, 1988, p. 315, apud MÉSZÁROS, 2002, p. 272-273).

A maior expansão da economia e do emprego, defendida pela OECD, contribuiu para o agravamento da exploração da classe trabalhadora e aprofundou a divisão social e sexual do trabalho. Isso evidencia as tendências de precarização e desregulamentação das relações de trabalho, criadas pelo capitalismo para inserir os trabalhadores na divisão social do trabalho e impulsionar uma forma atípica de trabalho: a informalidade. Dados do UNICEF (2007, p. 35) evidenciam que:

[...] a participação crescente das mulheres na força de trabalho nem sempre vem acompanhada de uma melhoria equivalente em suas condições de trabalho ou de segurança. As mulheres têm menos probabilidade do que os homens de gozar de segurança no trabalho, trabalhando em posições com baixa remuneração, pouca segurança financeira e menos benefícios sociais, ou até mesmo nenhum. À medida que aumenta o número de mulheres na força de trabalho, tem havido um aumento paralelo de formas de emprego não padronizadas e informais. Em países em desenvolvimento, a maioria das mulheres que trabalha na agricultura concentra-se no setor informal. Elas têm maior probabilidade do que os homens de trabalhar como autônomas, em serviços domésticos, na indústria ou realizando atividades não remuneradas em empresas familiares.

É válido ressaltar que o sistema capitalista se apropria da subordinação das mulheres para obter mais lucro, pois sendo “inferiores aos homens”, estão sujeitas a receber salários baixos, se submeter a condições de trabalho precarizadas e sem garantias trabalhistas, além de sofrerem a desvalorização das atividades por elas realizadas, e de se fazer invisível o trabalho doméstico, majoritariamente feito por mulheres.

Sobre essa perspectiva, Nogueira (2004, p. 67) aponta:

No mundo produtivo contemporâneo um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina é o de serviços. Setor esse que permite evidenciar que frequentemente a força de trabalho feminina tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas e estressantes, de trabalho *part-time* etc.

Nogueira (op. cit.), em sua análise sobre o trabalho feminino na Europa e América Latina, afirma que a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, entre as décadas de 80 e 90, foi acompanhada por uma precarização da força de trabalho feminina. A autora ressalta que, na Europa, não houve uma equalização de remuneração entre mulheres e homens, demonstrada por desníveis de salários entre 10% e 32%, e que as mulheres geralmente ocupam os trabalhos de tempo parcial. Exemplo disso é apresentado na União Europeia, onde, dos 16,4% dos empregos de tempo parcial, correspondiam a 31,6% de mulheres e apenas 5,5% de homens.

Na América latina, entre as décadas de 1980 e 1990, houve uma forte precarização do trabalho, afetando, principalmente, as mulheres, apesar de serem as mais absorvidas pelos empregos criados. A mulher trabalhadora encontrava-se nos trabalhos informais, com salários menores que os homens e sem nenhum tipo de proteção social (NOGUEIRA, 2004).

Outra reflexão sobre o papel das mulheres no mundo do trabalho demonstra uma flexibilização acentuada, realizada em trabalho de tempo parcial, elaborado prioritariamente pela figura feminina, bem como na intensificação do trabalho.

O aumento do trabalho por tempo parcial vai gerar, principalmente, uma exacerbada desigualdade de salários entre os sexos como também, afirma Hirata (2001, p. 145):

Ocupado majoritariamente [...] por mulheres, e significando um salário parcial, ele agrava as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. [...], ele se encarnou na figura do trabalho informal, sem nenhuma proteção social. [...] Nos dois casos, tempo parcial e trabalho informal, trata-se – sobretudo no que diz respeito aos empregos fora do setor público e particularmente no comércio e nos serviços – de trabalhos frequentemente instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção e de carreira...

Com base na afirmativa de Hirata (op. cit.), a sujeição das mulheres a atividades quanto à parcela do tempo no espaço produtivo, refere-se ao discurso de que a mulher terá “tempo livre” para dedicar-se ao trabalho reprodutivo. Desta forma, o trabalho parcial justificaria a naturalização de atividades desenvolvidas por mulheres no âmbito doméstico e se apresenta, portanto, de forma precária e sem proteção trabalhista.

Segundo Ávila (2009. p. 13), o tempo expropriado da vida da mulher para a reprodução social é compreendido “[...] como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de poder e gênero”, o que gera uma dupla jornada de trabalho. Essas relações são vistas como obstáculos para o desenvolvimento simultâneo da vida pessoal e profissional da mulher em que, muitas vezes, tem que se submeter a escolher entre o âmbito privado e o público.

Percebe-se que, quanto ao trabalho feminino, a tentativa de “conciliação” entre o trabalho produtivo e reprodutivo se dá devido à necessidade de complementar a renda familiar. Isso se deve também à ausência de um Estado que garanta o direito efetivo das mulheres, o que as leva a ter jornadas de trabalho mais longas que as dos homens.

Contudo, é importante ressaltar que, embora nas últimas décadas tenha havido avanços quanto à participação feminina no mundo do trabalho, não ocorreu avanço nas condições de trabalho para as mulheres absorvidas.

Portanto, a luta feminista foi de suma importância para dar visibilidade à participação do trabalho feminino na mundialização do capital, mostrando-se positiva, uma vez que permite avançar na dominação patriarcal doméstica, mas de outro lado negativa, pois a presença feminina encontra-se mais em espaços precários, em que a exploração encontra-se mais acentuada e na qual o capital apropria-se do trabalho feminino cujas características como a polivalência é decorrente das atividades desempenhadas no trabalho reprodutivo.

Outros fatores também demonstram que, de um lado, a pressão dos movimentos feministas para a inserção das mulheres no mundo do trabalho foi positiva, porém, por outro lado, esse processo também se refletiu no empobrecimento da família operária, pois foi necessário o aumento de trabalhadores e trabalhadoras na unidade familiar para garantir a sobrevivência. A consequência disso foi a sobrecarga de trabalho às mulheres e para as adolescentes, em razão da dupla jornada de trabalho (extradomiciliar e doméstico), incidindo na qualidade da dedicação aos estudos e a qualificação.

Para Nogueira (2004), o processo de feminização do capital trata-se de um movimento contraditório, pois a maior inserção da força de trabalho feminina na esfera

produtiva revela, de um lado, uma emancipação parcial com o acesso das mulheres aos espaços públicos, porém, por outro lado, implica simultaneamente precarização social e maior grau de exploração.

Portanto, faz-se necessário observar as nuances que afetaram o mundo do trabalho, mais especificamente a condição feminina, para que se possa compreender como se constitui a feminização do trabalho feminino e suas particularidades em outros espaços, como o caso do Brasil.

3. A FEMINIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

A pretensão deste capítulo é estabelecer uma análise sobre a feminização do trabalho no mundo e no Brasil, dada pelo contexto de mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram a partir de 1970 e que atingiram diretamente à classe trabalhadora e, mais especificamente, às mulheres.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho apresenta-se como fruto da pressão do movimento feminista, mas também como necessidade do capital em explorar mão de obra mais barata e qualificada. Assim, o capital vai se apropriar da divisão sexual do trabalho – que qualifica e determina os lugares masculinos e femininos dentro do trabalho – para naturalizar, invisibilizar e desqualificar as atividades feitas pelas mulheres.

Deste modo, faz-se necessário desomogeneizar a classe trabalhadora, ou seja, compreender as condições concretas das situações de trabalho feminino, entendendo que a classe tem dois sexos.

Ao longo do texto faz-se necessário realizar uma análise sobre a divisão sexual do trabalho, para que se possa entender como ela absorve os sexos de forma diferenciada na relação com o trabalho, e como o capital se apropria dessa categoria para desqualificar o trabalho feminino, principalmente o que é realizado para a reprodução humana.

Logo após, a análise dissertativa adentra no mundo do trabalho feminino no Brasil, mostrando suas determinações a partir dos pontos de trabalho, escolarização e renda. Essa sistematização foi realizada através de dados do IBGE dos anos de 1990 a 2000, compreendendo que a importância deste tempo histórico está nas mudanças mundiais que atingem o Brasil.

3.1 A divisão sexual do trabalho: estratégias para a exploração do capital

Para que se possa compreender as análises acerca da dimensão feminina, mais especificamente o trabalho feminino, faz-se necessário inicialmente dialogar acerca da divisão sexual do trabalho, apresentando-a como uma categoria que permeia toda a relação entre trabalho e gênero, pois especifica lugares e características a cada sexo.

A expansão e permanência do trabalho feminino, segundo Carloto (2002), se dão por alguns fatores: primeiro, a necessidade econômica, que com a degradação do salário

mínimo e as reformulações de estratégias de sobrevivência familiar, obrigaram as mulheres a buscar renda familiar complementar. Assim, mulheres de todos os níveis inseriram-se no mercado de trabalho. Outro fator foi a crescente urbanização das cidades, dado pelo ritmo acelerado de industrialização, que incorporou novos trabalhadores.

O terceiro foi a mudança nos padrões de comportamento e valores relativos à questão da mulher, com a presença da mesma em espaços públicos e com o avanço dos movimentos feministas na luta pela emancipação econômica e social e pelo direito ao trabalho. Ressalta-se que, neste período, a presença da mulher no mundo do trabalho não é apenas uma necessidade do capital, mas também resultado da pressão dos movimentos feministas.

Outro fator foi a queda de fecundidade que reduziu o número de filhos, facilitada pelos métodos contraceptivos, permitindo o trabalho da mulher fora de casa. Outro dado relevante foi a expansão da escolaridade feminina e o acesso das mulheres ao ensino superior, facultando a elas novas oportunidades de empregos.

Há ainda outro elemento para explicar a permanência da presença forte da mão de obra feminina, que é a divisão sexual de trabalho, que concentrou parte dela em ocupações como setor terciário e, dentro dele, na prestação de serviço, onde está o emprego de baixo prestígio e remuneração.

A divisão sexual¹³ do trabalho tem como princípio a separação entre tarefas e funções consideradas próprias de um ou outro sexo, cuja hierarquia, tarefas e funções de maior valor e reconhecimento social são designadas aos homens.

Para Hirata e Le Doaré (2011), ao se falar em divisão sexual do trabalho tem que se ir além da aceção de desigualdade entre homens e mulheres. A categoria tem que estar embasada em dois pontos: o primeiro é mostrar que essas desigualdades são sistemáticas, e articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos. Assim,

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres

¹³ A origem da divisão sexual do trabalho é efetivada na França em 1970 a partir do momento em que a opressão específica contra as mulheres torna-se mais visível. Neste período, houve um intenso questionamento sobre a invisibilidade das atividades domésticas, do não recebimento salarial pelos afazeres desempenhados no lar e por ser este um local em que essa parcela trabalha gratuitamente e em benefício, na maioria das vezes, dos membros de sua família.

à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (KÉRGOAT, 2010, p. 67).

Na sociedade capitalista, tais esferas se separam fisicamente, a produção se realiza no espaço público e a reprodução no espaço privado, no espaço doméstico. Contudo, cabe destacar que a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na esfera da produção quanto na da reprodução (KÉRGOAT, 2009).

Para esta autora, a divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação e o da hierarquização. O primeiro consiste em caracterizar e separar aqueles que são tidos como trabalhos de homens e aqueles que são tidos como trabalhos de mulheres. O segundo hierarquiza essa separação, considerando que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher. Para o conceito que distingue o trabalho das mulheres do que é realizado pelos homens, as práticas sexuadas são construções sociais, resultado de relações sociais.

Portanto, a divisão sexual do trabalho, assim como as outras formas de divisão do trabalho, não são um dado rígido e imutável, apesar de seus princípios organizadores permanecerem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho etc.) variarem no tempo e espaço (op. cit.).

De um ponto de vista histórico, a estruturação social atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar a passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-histórica nem transistórica; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção. (KÉRGOAT, 1989, p. 95).

Deste modo, faz-se necessário compreender que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações para a produção e reprodução do capital, que desenvolve uma superexploração sobre o trabalho feminino, tanto nas esferas públicas como nas privadas. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização das mulheres na reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada a um menor custo, e, na esfera pública, pela desvalorização, exploração e subordinação no mundo produtivo.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas de seu trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho

não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho para os seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (ANTUNES, 1999, p. 108-109).

O que se tem é uma divisão na esfera da produção considerada território masculino, e da reprodução, que se expressa na procriação e no cuidado com os seres humanos, destinada ao feminino. Tem-se de fato, a figura masculina como provedora e a feminina relacionada com os afazeres do lar com o cuidado com os filhos.

A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral. Esta construção social que define o que é ser mulher e o que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social.

Com o aumento da desigualdade social e a intensificação da exploração da classe trabalhadora, aprofunda-se a situação de dominação – exploração sobre a mulher. Assim, podemos afirmar que o sistema do capital articula exploração do trabalho com dominação ideológica e se apropria da lógica e valores do sistema patriarcal.

Portanto, a subordinação do gênero feminino manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas no que qualifica suas definições, no salário e na disciplina. Assim, a divisão sexual do trabalho não é apenas uma divisão por ramos ou atividades, mas “princípio organizador da desigualdade do trabalho” que se apresenta em outras esferas sociais articulando produção e reprodução do trabalho (LOBO, 2011). Ela legitima representações, valores, concepções de gênero, principalmente quando se refere às práticas cotidianas.

3.2 O caso brasileiro: breves considerações acerca das medidas neoliberais, contrarreforma do Estado e mundo do trabalho

O Brasil insere-se na divisão internacional do trabalho como um país de economia dita “emergente”, em um dado contexto de mundialização do capital sobre o processo de financeirização. As desigualdades particularizadas surgidas no desenvolvimento carregam o processo de formação social do país, diferenciando-se na organização do trabalho e

redimensionando as relações econômicas, políticas e culturais frente a outros países (IAMAMOTO, 2007).

A partir de 1990, a moldura da economia e da política no Brasil foi delineada pelos governos brasileiros, a partir do ajuste neoliberal articulado às mudanças introduzidas nos processos produtivos a partir da denominada reestruturação produtiva, que se deu em âmbito mundial, mas foi composta por diversas particularidades em cada país. Tratava-se, portanto, de conformar a estrutura estatal aos ditames das mudanças ocorridas na estrutura produtiva, através da incorporação progressiva das tecnologias baseadas na microeletrônica, demandando uma racionalização político-ideológica que favorecesse ao mundo do trabalho em percurso.

O estado neoliberal teve como marcos de expansão o Consenso de Washington¹⁴, que apresentou medidas de cunho neoliberal a serem adotadas em sua integralidade no Brasil, a partir dos anos 1990, dentre elas: redução de gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, desregulamentações econômicas e trabalhistas, investimento estrangeiro direto e privatização das estatais. O Estado deveria torna-se mínimo em termos de infraestrutura, organização e intervenção na realidade econômica.

Foi, nessa conjuntura, que Fernando Collor de Melo (1990 - 1992) inicia uma aceleração no processo de “reforma” do Estado, a partir de um conjunto de mudanças: privatização das empresas estatais, congelamento dos salários, ameaça de demissão dos funcionários públicos, dentre outros.

As reformas neoliberais preconizam o esvaziamento das lutas sociais e a redução do Estado com relação à responsabilidade perante as políticas públicas. Assim, esta lógica baseia-se nas reformas sem aumentar as despesas, afetando as políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora, no tempo em que o aumento do desemprego estrutural e a desregulamentação dos direitos sociais eram o foco do capitalismo contemporâneo.

Essa “reforma”, na verdade, caracteriza-se como uma contrarreforma, pois não garante direito, e sim diminui, privatiza os setores de direitos conquistados pela classe trabalhadora tais como a saúde, educação, telecomunicações, responsabilizando a sociedade civil, em nome da solidariedade, a contornar as refrações da questão social.

¹⁴ No contexto do Reaganismo e do Thatcherismo em 1989, máximas expressões do neoliberalismo, reuniram-se em Washington entidades de caráter privado, diversos economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo dos EUA, visando avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina.

Em decorrência do *impeachment*, Collor de Melo fora impedido de dar continuidade à proposta de reformas de cunho neoliberal, que seguiu de forma mais lenta no governo de Itamar Franco, mas que atingiu seu apogeu no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A era FHC (1993 - 2001) trouxe um ajuste radical na estrutura estatal, principalmente no que concerne aos direitos sociais. O que aconteceu neste período foi um processo de regressão ainda mais severo. A privatização de empresas públicas e a reforma previdenciária¹⁵ foram emblemáticas na tendência de tornar mínima a atuação do Estado de direito sob a égide da competitividade e do individualismo em contraposição à perspectiva socialdemocrata expressa constitucionalmente.

[...] daí decorrem fortes impedimentos para o avanço da democracia. Na América Latina, por exemplo, assistiu-se a práticas políticas extremamente nefastas, que variavam da ‘fujimorização’ peruana até o Estado de legalidade formal de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, por meio das excessivas medidas provisórias. Estes exemplos, há um sem-número de outros, confirmam que, se houve regressão das formas abertas de ditadura e de muitos países do mundo nos últimos anos, existem enormes dificuldades de consolidação de regimes realmente democráticos. (BEHRING, 2008, p. 61).

As políticas sociais, na conjuntura político-econômica, foram retratadas, submetidas à política econômica, perpassando por processo de privatização, corte de gastos sociais públicos e sem redução da desigualdade social. Isso ocorre devido à reforma dos sistemas de proteção social que sob a ótica neoliberal, que se configuram através de elementos estruturais, como a privatização de setores de direito como educação, trabalho e renda e saúde. Estas políticas têm características próprias das exigências do sistema, que são a descentralização e a focalização (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Desta forma, a correlação das medidas neoliberais e de reestruturação produtiva incidiu no agravamento sistêmico das condições de trabalho, aprofundando os mecanismos de extração de mais-valia na tentativa de manter os níveis de acumulação capitalista, mesmo que, para isso, a situação da classe trabalhadora se tornasse mais grave e que fossem aprofundadas a dependência do capital estrangeiro e a subordinação aos ditames de controle das instituições internacionais.

¹⁵ “A Previdência Social foi transformada em grande vilã da crise fiscal brasileira e modificações apontaram na direção de reduzir os encargos do Estado com o pagamento das aposentadorias e pensões, favorecendo o mercado de previdência. A saúde também seguiu a lógica de redução do atendimento e favorecimento do mercado de planos de saúde. A área assistencial sofreu com corte de recursos para atender o ajuste fiscal e a tendência universalista expressa na constituição de 1988 deu lugar a uma focalização restritiva” (LINHARES, 2005, p. 37).

A reestruturação produtiva convergiu para essa desestruturação à medida que impõe a absorção de um novo modelo produtivo, para uma estrutura capitalista que sequer conseguiu se adequar ao modelo fordista por completo. No caso brasileiro, pelo menos em sua fase inicial, não engendrou altos padrões tecnológicos, assumiu, ao invés disso, um caráter organizacional, muito mais relacionado à implantação de técnicas gerenciais e de planejamento produtivo.

Com o cenário que se desenhou a partir dos anos 1980, e se exacerbou nos anos 1990 – caracterizado por uma crise econômica sem precedentes, com adoção de políticas neoliberais de estabilização da economia, um colossal exército industrial de reserva com baixo grau de escolaridade e despreparado para absorver as imposições da reestruturação produtiva e uma burguesia industrial que ambicionava amortecer os impactos da crise a fim de manter suas taxas de lucratividade – foram postas as condições essenciais para desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

O mundo do trabalho foi atingido não apenas numa perspectiva quantitativa, com a ampliação do desemprego, mas também a precarização das relações trabalhistas, através da desvalorização dos rendimentos do trabalho, e pela diminuição das despesas trabalhistas com o emprego formal.

Deste modo, a flexibilização das relações de trabalho se apresentam através da terceirização e da precariedade, em que os vínculos trabalhistas tornam-se mais frágeis, com facilidades legais na contratação e demissão da mão de obra, alta rotatividade, instabilidade e insegurança do trabalho e desprovidos do potencial organizativo/reivindicativo característicos do emprego estável.

Assim, a breve panorâmica histórica aqui desenvolvida pretendeu oferecer elementos considerados significativos para caracterizar o mundo do trabalho que atingem, no capitalismo contemporâneo, características de heterogeneidade e de fragmentação da classe trabalhadora, afetando diretamente o contingente feminino. Desta forma, no capítulo seguinte, verificaremos como essas mudanças apresentam os determinantes do trabalho feminino sob a égide do capitalismo contemporâneo.

3.3 O trabalho feminino no Brasil

No Brasil, as últimas décadas do século XX e início do século XXI representam mudanças significativas para a mão de obra feminina, que precisam analisadas como um processo mais amplo de transformações sociais, políticas, ideológicas e econômicas.

A intensificação no Brasil do processo de reestruturação produtiva e do projeto neoliberal se deu de um modo específico, em que a flexibilização e as formas de trabalho foram permeadas pelo sistema fordista de produção, ainda dominante no país, combinando os padrões produtivos e tecnológicos a uma superexploração da força de trabalho no Brasil, acarretando uma precarização acentuada da força de trabalho, principalmente feminina (ANTUNES, 1999).

Para Harvey (1992), a reestruturação produtiva não trouxe só um reordenamento do mercado de trabalho, mas, também, das relações familiares, alterando práticas cotidianas e mentalidades, como sexualidade, maternidade, concepções de família.

A flexibilização do trabalho permite analisar as relações de gênero a partir das suas intensivas formas de utilização: nas subcontratações, nas diversas formas de rebaixamento da remuneração, na informalização, na retirada de direitos trabalhistas que, calcadas na sociabilidade neoliberal e capitalista, são utilizadas como importante papel estruturador nas definições das relações sociais hierarquizadas do ser homem e do ser mulher.

Assim, gênero é uma categoria indispensável para refletir a condição das mulheres no mundo do trabalho, pois é um elemento constitutivo de relações sociais instituídas sobre a diferença entre os sexos. É, portanto, um modo de dar significados a relações de poder instituídas e está presente nos mais diversos setores da vida social (SCOTT, 1989).

No que concerne ao gênero Cisne (2012) afirma que se deve ter o cuidado com a análise da categoria gênero, pois, desde o seu surgimento¹⁶ e desenvolvimento, ela é dotada de perspectivas diversas, que foram provocadas pelas polêmicas teóricas¹⁷ e políticas no interior das ciências humanas, mas, também, por ser gênero uma categoria de estudo ainda recente. Contudo, ressalta-se que a categoria gênero irá ser contrária às vertentes homogeneizadoras e

¹⁶ Os estudos de gênero surgem a partir da década de 1970 no seio do movimento feminista, tendo forte influência de feministas acadêmicas. O objetivo era desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, compreendendo que essas relações assimétricas são construções sociais determinadas na e pelas relações sociais. O termo gênero veio também atrelado à necessidade de análise da subordinação da mulher ao homem. Assim, os estudos não deveriam limitar-se apenas à categoria mulher, mas tinham como pretensão ser analisados de forma relacional com os homens, já que gênero é uma categoria relacional.

¹⁷ A pretensão deste trabalho não é realizar uma análise sobre as concepções teóricas diversas que abordam a categoria gênero, mas explicitar que elas existem e que dão não só um cunho teórico, mas político diferenciado para a luta das mulheres. Para essas discussões sobre as diversas abordagens ver Cisne(2012), Lobo (2011), revista marxismo

supostamente neutras, como é o caso do positivismo, que naturaliza os papéis femininos e “utiliza dessa naturalização para alcançar o ‘equilíbrio’ e ‘harmonias’ sociais pela responsabilização social da mulher e desresponsabilização do Estado” (op. cit., p. 82).

Desta feita, o conceito de gênero necessita de uma abordagem crítica, a fim de tornar evidentes os fatores obscuros pela historicidade, como é o caso da dualidade do binômio sexo/gênero¹⁸, mas também por tendenciar uma identidade central que subordina e obscurece outras categorias como classe, raça/etnia, se as análises partirem das teorias da pós-modernidade.

Cisne (op. cit.) alerta sobre os riscos que as diversas abordagens de gênero trazem não só para o movimento feminista, mas também para o movimento da classe trabalhadora, pois algumas formulações teóricas enfatizam as diferenças e distanciam-se da prática política, caindo, portanto, em um academicismo que traz à tona a dicotomia entre teoria e prática.

Nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade, e a referência às práticas e às relações materiais torna-se opaca. Gênero deixa de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar e entender a trajetória em torno da qual a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana, para tornar-se um conceito totalizador, um modelo próprio e autônomo de análise das relações de dominação/subordinação, centrado quase que exclusivamente na construção dos significados e símbolos das identidades masculinas e femininas. As práticas materiais e as interseções com outras clivagens praticamente desaparecem e/ou são bastante secundarizadas. Gênero passa a descrever tudo e explicar muito pouco, pois, como conceito, tendeu a ser autorreferida. (ARAÚJO, 2000, p. 69).

A preocupação com as abordagens, seja de cunho pós-estruturalista e/ou pós-moderna em relação à categoria gênero, encontra-se na forma com que essas correntes apresentam-se: através dos retrocessos teóricos de cunho conservador, na fragmentação da realidade, na ênfase ao subjetivismo e na negação as classes sociais, pulverizando a classe trabalhadora, já que retira do cerne da discussão a efetivação de um projeto emancipador.

Não se pode negar, ou tornar invisíveis, as discussões de gênero acerca das diferenças e especificidades, tais como raça/etnia, orientação sexual, idade etc.; mas ressalta-se que estas particularidades não podem ser isoladas das suas macrodeterminações, ou seja, de

¹⁸ No início dos estudos sobre a categoria gênero, houve uma nítida separação entre gênero/sexo, em que o gênero seria a construção social do sexo e o sexo seria o que é determinado de forma fisiológica e biológica. Contudo, a década de 1990 irá criticar essa dualidade, com a finalidade de historicizar a categoria sexo. Gênero, portanto, “não deveria ser pensado como uma simples inscrição cultural de significado sobre um ‘sexo’ que é considerado como dado, [...] deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural, através do qual a natureza sexuada são produzidos” (BUTLER apud CISNE, 2012, p. 81).

como a classe determinará como essas diversas formas de opressão serão vivenciadas pelos sujeitos, diferenciando a classe trabalhadora da classe dominante.

A articulação entre classe e essas determinações não é contraditória nas lutas ditas específicas. Primeiro, porque dentro da ordem metabólica do capital essas dimensões não se dão nem se encontram dissociadas do seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados para assegurar os interesses das classes dominantes; segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários – que não cedam espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações – antes, garantem aos sujeitos sociais o direito a livre expressão de suas subjetividades. (CISNE, 2012, p. 88).

Assim sendo, a abordagem a ser realizada neste texto será tecida a partir da teoria social crítica, que não exclui as análises das minorias, ao contrário, as constitui dentro da realidade, sem fragmentá-las ou dissociá-las da totalidade, buscando desvelá-las além do aparente e em todas as suas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, a teoria marxista busca contribuir com os estudos de gênero no sentido de desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres, como demonstra Araújo (2000), em sua análise sobre as contribuições do marxismo ao feminismo.

De forma bastante concisa, caberia destacar como contribuições do marxismo ao feminismo o enfoque histórico e material, que permite a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado na e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; a análise sobre ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados a base material, mesmo quando mediados por esta. (op. cit., p. 65).

Deste modo, a teoria marxista, ao expor as bases materiais concretas da subordinação das mulheres, permite engendrar ações de transformação na realidade, pois analisa de forma crítica a sua subordinação, percebendo suas determinações além da aparência. O que a teoria marxista faz é ir ao cerne das desigualdades sociais, analisando-as dentro de uma perspectiva materialista. Assim, a teoria marxista é indispensável para a luta das mulheres, pois a emancipação feminina está associada à construção de uma nova sociedade, a que rompe com os ditames do capital.

Assim, defende-se para abordagem dos estudos de gênero, a teoria social marxista, pois esta permite estabelecer as relações sociais em sua concretude, indo além das aparentes manifestações subjetivas e dos interesses individuais, desvelando o real, a sociedade burguesa e seus mecanismos de coerção. “É, por ser uma teoria voltada para a transformação

da sociedade, é a única que viabiliza a construção de um projeto societário coletivo que possibilite a emancipação efetiva dos sujeitos” (CISNE, 2012, p. 97).

3.4 As determinações do trabalho feminino no Brasil nos anos 1990 e 2000

Falar em inserção do trabalho das mulheres no Brasil é falar em avanços e atrasos, pois se tem de um lado a intensidade e permanência do aumento da participação feminina desde a metade dos anos 1970¹⁹ e, de outro lado, as altas taxas de desemprego e má qualidades do trabalho feminino, principalmente com o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais.

Para Bruschini et al. (2012), a inserção das mulheres no mercado de trabalho, na atualidade, é marcada por “avanços e permanência”. Para os autores, observa-se, de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina, e de outro, a má qualidade dos tipos de trabalho em que se empregam as mulheres. De uma parte, a conquista de bons empregos, de acesso a carreiras e ocupações que antes eram pertencentes à figura masculina, como postos de gerência e diretoria, atualmente encontram-se ocupados por parte das trabalhadoras mais escolarizadas; de outra, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais. E outro fator que recai sobre a figura feminina é a responsabilidade pelas atividades dentro de casa e pelos cuidados com os filhos e demais parentes.

O perfil das trabalhadoras no período a ser estudado encontra-se, de um lado, nas casadas, mães e nas mais velhas – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares – o que

¹⁹ Não se pode negar o crescimento do trabalho feminino nos anos anteriores. A presença do trabalho feminino se apresenta já no censo de 1900, com 45,3% trabalhadoras contra 54,7% de homens que compunham a força de trabalho. Apesar do número alto de mulheres no mercado de trabalho, Nogueira (2012) ressalta que esses dados apresentam algumas dificuldades de critérios de aplicação na atualidade, pois as categorizações de algumas funções desempenhadas pela população apresentavam-se, muitas vezes, unindo segmentos que deveriam estar separados.

Nesse período as mulheres se encontravam nos ramos de atividade pouco diversificados como agricultura (35%), serviços domésticos (33%), costura (20%), indústrias têxteis (5,3%) e outros serviços (6,7%). Em 1960, com a expansão industrial, apresenta-se um elevado contingente da força de trabalho feminina neste setor, atingindo 17,9% do total de trabalhadores, aumentando em 3,2% o que se apresentava na década anterior. Em 1970, o contingente da massa feminina trabalhadora conseguiu alcançar 21% da população economicamente ativa. Contudo, a demarcação de tempo na década de 1990, presente neste trabalho, torna-se expoente, pois ela está associada às mudanças socioeconômicas e culturais que ocorrem de forma mais expressiva no Brasil com a mundialização do capital e que atinge diretamente à classe trabalhadora.

indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de filhos pequenos, em virtude do tempo consumido em seus cuidados.

O perfil das trabalhadoras da década de 1970 era de jovens, solteiras e sem filhos. Em 1993, as taxas de atividade feminina concentravam-se nos intervalos de 20 a 59 anos. Em 2009, tem-se que a taxa de atividade feminina mais alta, 75%, encontra-se no intervalo das mulheres entre 30 - 39 anos, e 71% das mulheres estão em atividade. Nota-se que as atividades entre os intervalos de 10 a 14 anos diminuíram de forma considerável, o que pode ter sido ocasionado pelo combate ao trabalho infantil, direcionado pelas políticas para crianças e adolescentes (ver tabela 01).

TABELA 01 – TAXA DE ATIVIDADE SEGUNDO IDADE E SEXO. BRASIL

| Faixas de idade e sexo | 1993 | | 2009 | |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| 10 a 14 | 26,4 | 14,4 | 10,6 | 5,6 |
| 15 a 19 | 68,8 | 44,1 | 55,2 | 39,4 |
| 20 a 24 | 90,5 | 60,9 | 88 | 68,8 |
| 25 a 29 | 95,2 | 62,7 | 94,1 | 73,3 |
| 30 a 39 | 96,3 | 66,4 | 95,1 | 74,9 |
| 40 a 49 | 94,5 | 63,5 | 93,6 | 70,9 |
| 50 a 59 | 83,6 | 48 | 84,9 | 55,2 |
| 60 ou mais | 49,4 | 20,4 | 43,3 | 19,2 |
| Total | 75,3 | 48,1 | 72,3 | 54,7 |

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados. (Elaboração da Autora)

Outro ponto a se destacar quanto ao crescimento da força de trabalho feminino é a intensidade e a constância desse aumento. No que concerne à análise sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, ressalta-se o contínuo crescimento da atividade feminina. Os indicadores revelam que, entre 1993 e 2009, a PEA²⁰ feminina passou de 28 milhões para 44,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 47% para 53%, e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores passou de 39,6% para 44%,

²⁰ Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza o Censo Demográfico, as Pesquisas Domiciliares Anuais e outras pesquisas oficiais, a População Economicamente Ativa (PEA) inclui os ocupados e os desocupados. Os ocupados são aqueles que estão empregados, no mercado formal ou no informal, enquanto os desocupados são aqueles que estão à procura de emprego na ocasião da pesquisa. Já a População Economicamente Inativa inclui os aposentados, os que estão em asilos, os estudantes, os que vivem de renda e os/as que cuidam de afazeres domésticos.

demonstrando que mais da metade da população feminina em idade ativa (10 ou mais anos) trabalhava ou procurava trabalho em 2009 (ver tabela 02).

TABELA 02 – HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA BRASIL, 2002 E 2009

| | | PEA (milhões) | TAXA DE ATIVIDADES | PEA (%) | OCUPADOS (milhões) | EMPREGADOS (milhões) | EMPREGADOS (%) |
|------|----------|------------------|-----------------------|------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|
| 1993 | Homens | 42,8 | 76 | 60,4 | 40,5 | 23,8 | 68,2 |
| | Mulheres | 28 | 47 | 39,6 | 25,9 | 11,1 | 31,8 |
| 2009 | Homens | 56,7 | 72,3 | 56,1 | 53,2 | 33,7 | 56,1 |
| | Mulheres | 44,4 | 52,7 | 43,9 | 39,5 | 20,6 | 37,9 |

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados. (Elaboração da Autora)

Apesar do considerável avanço, entretanto, as mulheres ainda estão longe de atingir, sejam as taxas masculinas de atividade, superiores a 70% da PEA masculina, seja o número de ocupados ou o de empregados.

É importante ressaltar que a feminização do trabalho no Brasil foi demarcada por importantes transformações econômicas, sociais e culturais, dentre elas: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, até atingir 1,94 filhos por mulher em 2009; a redução no tamanho das famílias que, em 2009, passaram a ser compostas por apenas 3,1 pessoas, em média, enquanto em 1992 tinham 3,7; o envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (77 anos) em relação aos homens (69,4 anos) (IBGE, 2010).

Outro fenômeno que vem se acentuando nos últimos anos é o aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres sem a presença do cônjuge. Se, em 2002, elas comandavam 25,5% do total de residências do país, em 2009 eram responsáveis por mais de 35% dos domicílios.

De acordo com pesquisa apresentada pelo IBGE (2011), constata-se que o aumento da “chefia” feminina é influenciado principalmente pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho, que proporciona, conseqüentemente, maior contribuição para o rendimento da família, além de outros motivos, como a alta expectativa de vida da mulher em algumas cidades ou regiões, que faz com que a mulher assuma a chefia da casa após a morte do companheiro. Há ainda outros fatores, como casamentos desfeitos; migração masculina de seu estado ou região em busca de emprego ou por outros motivos, deixando a mulher como responsável pelo domicílio; além de aspectos culturais, que levam as mulheres a

optarem por morar sozinhas pelo fato de valorizarem a autonomia, independência e busca profissional.

E no recorte raça/etnia, a associação da cor da pele com o sexo feminino é motivo de dupla discriminação, pois em grande parte das unidades da Federação, as chefes de domicílio, em sua maioria, são pretas ou pardas.

Os dados apresentados pelo IBGE (2010) demonstram que nos últimos anos (1990-2010) houve um aumento expressivo da chefia feminina no arranjo familiar: passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009.

Nesse sentido, Bruschini (1981) retrata que, embora as mudanças ocorridas na composição familiar tenham modificado os papéis femininos na família, é preciso lembrar que as mulheres chefes de família são também “mães de família”, pois acumulam dupla responsabilidade: assumem o cuidado da casa e das crianças, ao mesmo tempo em que são responsáveis pelo sustento do lar. Esta dupla jornada de trabalho, geralmente, vem acompanhada de uma dupla carga de culpa, por causa de suas insuficiências, tanto no cuidado com os filhos, quanto na sua manutenção econômica.

Diante do exposto, pode-se afirmar que houve um aumento da participação das mulheres na esfera econômica, bem como uma queda no papel do homem como provedor da família. Ressalta-se que muitas são as famílias chefiadas por mulheres e que esses núcleos familiares obtêm sua renda prioritária ou exclusivamente do trabalho dessas mulheres. Outro fator relevante é que elas são usuárias mais frequentes do serviço público. Nos termos de políticas sociais no Brasil, elas são beneficiárias diretas de programas como “Minha casa, minha vida” e “Bolsa família”.

Sitcovsky (2012), em um estudo sobre o perfil do programa de transferência de renda Bolsa Família²¹, revela que há uma interseção entre o programa e as formas de trabalho

²¹ Não é o foco desse estudo fazer uma análise detalhada sobre as políticas de trabalho e renda, principalmente no que concerne ao Programa de transferência de renda Bolsa Família. Contudo, vale destacar as diversas posições que açambarcam o debate. Para Suárez e Libardoni, (2007 apud Bruschini 2012 et al), as políticas sociais que têm o caráter de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (que atende a pessoas idosas ou pessoas com deficiência sem renda) em nível nacional, ou outros em níveis municipais e estaduais têm contribuído para a diminuição do nível de pobreza.

Estes autores, em uma avaliação realizada para o Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social, no que trata do Bolsa Família, em particular, ressaltam que este possui um componente importante de gênero, pois é concedida preferencialmente às mulheres. E que nos 10 municípios onde foi realizada a pesquisa houve impactos importantes, tais como 1) a “visibilização” como consumidoras, pois passaram a ter uma renda fixa e estável, podendo se relacionar com a rede de comércio local; 2) o fortalecimento no âmbito das relações familiares, nas quais passa a ter seu poder de decisão e voz aumentados, em diferentes graus; 3) em um nível mais simbólico, a percepção da cidadania, em especial quando essas mulheres são obrigadas a tirar documentos para obter o

precário. Segundo ele, os dados apresentados pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – revelam que 51% dos responsáveis legais assistidos pelo programa estão desempregados, 4% são aposentados e pensionistas, 15% são trabalhadores rurais e 3% são trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada (BRASIL, 2007).

Os responsáveis legais de cada família são as pessoas de referência na família que recebem a transferência de renda e, neste caso, 92,1% são mulheres, dessas, a maioria, ou seja, 84,7% encontra-se na faixa etária entre 25 e 54 anos.

Ressalta-se que o critério utilizado para a concessão do benefício é de que a renda mínima *per capita* da família seja de R\$ 140,00, demonstrando que os trabalhadores assalariados que recebem o benefício fazem parte da força de trabalho superexplorada do país.

Sitcovsky (2012, p. 242) afirma que a presença de trabalhadores precarizados entre os beneficiários do programa é um reflexo das tendências atuais da seguridade social brasileira, pois na medida em que não contribuem para a previdência, devido à condição de informalidade, estes trabalhadores transitam para a esfera dos serviços socioassistenciais “responsáveis em afiançar a *segurança de rendimentos*”.

Esta segurança de rendimentos, realizada através da política de assistência social, mostra-se através de projetos que objetivam desenvolver a capacidade empreendedora familiar. Esses projetos apóiam-se em cursos profissionalizantes (doceira, manicure, cabelereira, jardineiro) que são marcas da informalidade e precariedade.

Constata-se, então, que as múltiplas dimensões da pobreza e a diversidade nos modos de manutenção das famílias atingem diretamente às mulheres, que se encontram nas famílias monoparentais femininas como figuras centrais. Desta forma, destaca-se que para a efetivação das políticas públicas devem-se considerar as reconfigurações dos arranjos familiares, a desigualdade de gênero, bem como todas as outras dimensões, nas quais as famílias estão inseridas.

Portanto, diante do exposto, compreende-se que não basta considerar apenas a privação de renda, mas, também, a dinamicidade da vida familiar, que vai muito além do

benefício e se dão conta de fazer parte de um “espaço social mais amplo” (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007, apud BRUSCHINI ET al, 2012, p. 169).

Porém, outro estudo (Bruschini et al., 2012), com o qual concordo, retrata que essa concessão dada preferencialmente às mulheres se assenta em concepções tradicionais e culturalmente dadas sobre o papel social das mulheres de cuidadoras e responsáveis do lar, como as responsabilizando nos cuidados com a frequência escolar e vacinação dos filhos, que são condicionalidades para receber o benefício. Além disso, o dinheiro recebido é gasto com toda a família e, muitas vezes, entregue ao marido. Além, disso não há um rompimento com a condição social da beneficiária, pois as oportunidades são limitadas e o acesso a redes de emprego e à informação é restrito.

aspecto financeiro, implicando em acesso ao trabalho com qualidade, à remuneração adequada, à melhoria dos serviços públicos e aos equipamentos públicos, tais como: serviços de saúde, escolas e previdência.

Além dessas transformações demográficas, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas a novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as suas transformações no perfil da força de trabalho (BRUSCHINI, 2007).

No que concerne aos padrões de atividades segundo setores e atividades econômicas, percebe-se a diferenciação na inserção feminina e masculina. Os setores do mercado de trabalho nos quais as trabalhadoras continuam encontrando, desde 1990 aos dias atuais, maiores oportunidades de trabalho e emprego na prestação de serviços, são: a agropecuária, o setor sócio, o comércio de mercadorias e a indústria. A força de trabalho masculina, por sua vez, manteve presença significativa, também pela ordem, na indústria, nos trabalhos ligados à agropecuária, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços.

Os padrões estruturais de ocupação, entre 2002 e 2009, segundo os setores econômicos e o sexo, permanecem praticamente inalterados, bem como as proporções dos contingentes masculinos e femininos neles ocupados. Os nichos de ocupação feminina continuam sendo, pela ordem, os serviços – 49,9% e 51,5%, em 2002 e 2009, respectivamente; o comércio e reparação (15,4% em 2002 e 16,8% em 2009); a indústria (aproximadamente 12% nos dois anos) e o setor agrícola, cuja importância na absorção das mulheres decresce cerca de 4 pontos percentuais, entre um e outro ano. A administração pública prossegue oferecendo trabalho para entre 4% e 5% das ocupadas no período em análise (Ver tabela 03).

TABELA 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS, SEGUNDO SEXO E SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

| Setores de Atividades | 2002 | | 2009 | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Agrícola | 23,5 | 16,5 | 20,5 | 12,2 |
| Indústria | 15,7 | 12,2 | 16,2 | 12,7 |
| Construção | 11,8 | 0,5 | 12,6 | 0,5 |
| Comércio e reparação | 18,4 | 15,4 | 18,5 | 16,8 |
| Serviços (*) | 17,7 | 49,9 | 19,3 | 51,5 |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 7,1 | 1,2 | 7,2 | 1,5 |
| Administração pública | 5,4 | 4,2 | 5,4 | 4,8 |
| Atividades mal definidas ou não declaradas | 0,4 | 0,1 | 0,4 | 0 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total (em absoluto) | 45.869.765 | 32.298.409 | 53.196.476 | 39.492.777 |

Fonte: FIBGE/PNAD – Microdados. (Elaboração da Autora)

(*) Na categoria “Serviços” estão agregados os setores: Alojamento e alimentação; Educação, saúde e serviços pessoais; Serviços domésticos; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; Serviços de intermediação financeira, serviços imobiliários e de aluguel de máquinas e de serviços pessoais e domésticos, outros serviços.

No caso dos homens, ainda na tabela anterior, nota-se que mesmo declinando nas últimas décadas, o setor agrícola continua em primeiro lugar nos setores econômicos ocupados por esse sexo, em torno de 20%. Segue-lhe, em 2002, o comércio e reparação (18%), os serviços (19,3%), a indústria (16%) e a construção (12% aproximadamente nos dois anos) e os transportes (7% da força de trabalho masculina, em 2002 e 2009). Em 2009, destaca-se o deslocamento dos serviços, da terceira para a segunda posição na absorção da força de trabalho masculina, consolidando tendência que está em curso há alguns anos.

Segundo Bruschini et al. (2012), alguns movimentos de caráter conjuntural, contudo, puderam ser captados pelas estatísticas no período analisado: a recuperação do nível de atividade econômica nacional – indústria e construção à frente –, a retomada da criação de postos de trabalho, particularmente os formais e a decorrente queda nas taxas de desemprego.

Esta tendência se consolida a partir do final dos anos 1990, conforme informa o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese): a taxa de desemprego total do conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas vem decrescendo desde 1998, quando atingiu 18,7%. Em 2005, chegou a 17,9%, e em 2008 e 2009 a 14%, com decréscimo mais significativo no último ano, 11,9% em 2010. Em fevereiro de 2011, a taxa de desemprego total era 10,5% (BRUSCHINI et al, 2012).

No que diz respeito à posição na ocupação – denominação atribuída pelo IBGE aos variados tipos de vínculos de trabalho que se estabelecem no mercado –, nota-se que,

tanto em 1993 como em 2009, prevalecem para ambos os sexos os “empregados”, categoria na qual se inclui tanto uma parcela formalizada – os com carteira de trabalho assinada pelo empregador, os estatutários e aqueles(as) com outros tipos de contrato –, quanto uma parcela informal, empregada sem nenhuma forma de proteção contratual.

TABELA 04 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – BRASIL

| Posição na ocupação | 1993 | | 2009 | |
|--------------------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Empregados | 58,6 | 42,7 | 63,4 | 52,2 |
| Trabalhadores domésticos | 0,7 | 16,6 | 0,9 | 17 |
| Autônomos/conta própria | 25,4 | 15,8 | 23,7 | 16,1 |
| Empregadores | 4,9 | 1,5 | 5,5 | 2,7 |
| Não remunerados | 8,6 | 13,5 | 3,4 | 6,3 |
| Consumo próprio | 1,9 | 9,9 | 3 | 5,7 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total em milhões | 40,6 | 26,0 | 53 | 39,4 |

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados.

No período analisado houve a expansão do número de empregados de ambos os sexos e o decréscimo dos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras não-remunerados, assim como das trabalhadoras que trabalhavam para o consumo próprio ou do grupo familiar. A proporção de trabalhadores domésticos mantém-se quase a mesma entre os homens (0,7% em 1993, 0,9% em 2009), mas o mesmo não pode ser dito em relação às mulheres, pois houve um aumento (16,6% em 1993 e 17% em 2009).

De qualquer maneira, se as condições gerais do mercado de trabalho evoluíram positivamente no período, não se deve perder de vista a permanência, em 2009, de 29%, ou cerca de onze milhões e duzentas mil trabalhadoras, ocupadas em posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, consideradas aqui as trabalhadoras domésticas, as não remuneradas e as que trabalhavam para o consumo próprio.

A identidade da mulher trabalhadora tende a estar atrelada ao seu papel como reprodutora, produzida social e culturalmente. Para Abramo (1998), a imagem tradicional da mulher como mãe, dona de casa, vai estar atrelada à sombra da mulher trabalhadora. Essas são construídas social e culturalmente e condicionam formas desiguais e diferentes da inserção no mundo do trabalho, seja nas oportunidades de acesso, seja nas condições que se desenvolvem.

Essas concepções associam-se aos rendimentos e exploração do trabalho das mulheres, principalmente quando associados à educação. Sabe-se que a renda feminina é inferior à masculina, seja quanto ao setor de atividade, quanto à posição na ocupação e quanto à escolaridade. No que concerne ao valor pago ao trabalho feminino, Hirata e Le Doaré (1999, p. 17-18) destacam que:

As desigualdades de salário – compreendidas em trabalho igual – são constatadas por toda parte do mundo, até em países que assinaram as convenções da OIT, que as proíbem. [...]. No setor industrial dos países desenvolvidos, o salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino, devido, em parte, a uma menor qualificação do posto, mas também a uma repartição desigual entre os ramos econômicos e os postos ocupados.

Nogueira (2004) afirma, demonstrando a condição precária do trabalho das mulheres, que quanto menor é a jornada de trabalho e mais baixo o salário, maior é a presença feminina.

Os demonstrativos de rendimentos exprimem as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Ao considerar a distribuição dos ocupados por faixas de rendimento mensal, percebe-se essa clivagem estrutural, pois, se os brasileiros ganham pouco, as brasileiras ganham menos ainda: em 2009, 2/3 delas e 59% deles ganhavam até 2 salários mínimos (SM); em contraponto, 9% deles e 5% delas recebiam mais de 5 SM mensais. Outra peculiaridade da força de trabalho feminina, em relação à masculina, tem sido a maior proporção das que não auferem rendimento: 12% e 6%, respectivamente (ver tabela 05).

Quanto à igualdade no emprego e rendimentos, os dados apresentados pelo IBGE (2010) retratam que as mulheres trabalham mais horas do que os homens e ganham menos por seu trabalho.

Segundo dados do IBGE (ver tabela 05), no que refere à jornada de trabalho de 40 horas semanais no ano de 2009, a análise do intervalo de rendimentos de 1 a 2 salários mínimos, demonstra que as mulheres ganham menos do que os homens, em uma porcentagem de 30,9% e 33,1%, respectivamente. E essa porcentagem diminui para as mulheres quando o intervalo do rendimento salarial é de 2 a 5 salários mínimos, sendo 14,4% para elas e 23,3% para os homens.

TABELA 05 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL - BRASIL

| Faixas de rendimento mensal | 1995 | | 2009 | |
|-----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| ATÉ 1 S.M. | 19 | 28,2 | 25,8 | 35,7 |
| DE 1 A 2 S.M. | 21 | 29,7 | 33,1 | 30,9 |
| DE 2 A 5 S.M. | 28,1 | 18,5 | 23,3 | 14,4 |
| MAIS DE 5 S.M | 20,3 | 10,1 | 9,3 | 5,1 |
| SEM RENDIMENTO | 10,3 | 22,7 | 6,4 | 12,2 |
| TOTAL (%) | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: FIBGE/PNAD – Microdados.

Estes dados mostram que o valor pago à força de trabalho feminina é menor que o pago à masculina, indicando que a mulher trabalhadora é mais atingida pela precarização do mundo do trabalho, bem como pelas relações de gênero.

Comparativamente a 1993, no tocante ao rendimento dos(as) brasileiros(as), nota-se que houve aumento da parcela dos trabalhadores que recebem baixos salários (até 2 SM), independentemente do seu sexo. Um outro fator retrata que houve um decréscimo para ambos os sexos, no que se refere ao nível salarial situados entre os intervalos de 2 a mais de cinco salários, demonstrando que independente do sexo, a classe trabalhadora foi atingida.

Porém, no período observa-se que houve uma diminuição dos(as) sem rendimento e, dentre eles, estão principalmente as mulheres. Esse comportamento pode acontecer por parte dos sem rendimento terem sido catapultados para as primeiras e mais baixas faixas de remuneração, bem como pelo aumento dos beneficiados por algum programa ou projeto vinculado à transferência de renda.

Portanto, conclui-se que a análise do período 1993 - 2009 revela que as mulheres cresceram consideravelmente em sua participação no mercado de trabalho, não apenas pela demanda do capital por uma mão de obra mais barata e qualificada, mas também por mudanças nos aspectos culturais, como o maior acesso delas ao espaço público. Contudo, como já citado anteriormente, esse crescimento, que vem ocorrendo desde a década de 1970, foi marcado por avanços e permanências. De um lado, as mulheres ingressaram em massa no ensino superior, constituindo parcela importante das boas ocupações e até mesmo dos cargos de comando, dos quais, até então, estavam alijadas; de outro, a maioria continua nas ocupações precárias (emprego doméstico, trabalho não-remunerado e para consumo próprio),

seguem ganhando menos do que os homens e sendo as principais responsáveis pela família, pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com as crianças.

Para Carloto (2002), os papéis atribuídos às mulheres vão influenciar na forma como estas se inserem no mercado de trabalho, no modo como os empregadores vão tratá-las, nas oportunidades de acesso e nos tipos de trabalho. A necessidade de articular papéis profissionais e familiares limita a participação das mulheres no trabalho, que não depende apenas da sua qualificação, mas dos arranjos que elas precisam fazer para combinar o trabalho fora com as atividades do âmbito doméstico.

Hirata e Le Doaré (1999, p. 18) afirmam que:

A divisão sexual do trabalho doméstico, com gratuidade do exercício desse trabalho pelas mulheres, funda e legítima socialmente as disparidades de salários. [...] Pode-se, além disso, ressaltar que essas desigualdades são reforçadas pela representação do trabalho masculino como sendo de valor superior ao do trabalho e das 'qualidades' femininas.

Ressalta-se que, devido aos vários encargos assumidos na esfera doméstica, a força de trabalho feminina acaba se envolvendo predominantemente em trabalhos temporários, sejam eles concentrados em determinados períodos durante o ano, ocupando apenas alguns dias da semana ou, ainda, ocupando algumas horas durante o dia.

O fato de as mulheres estarem preferencialmente em atividades de tempo parcial retrata que, no restante do tempo, elas se encontram em atividades reservadas à esfera reprodutiva.

Analisando esta relação entre produção e reprodução social, Hirata (2001) aponta que um dos fatores de desvalorização do trabalho doméstico está no fato de as mulheres historicamente trabalharem por “amor” à família, o que significa exercer atividades sem nenhuma remuneração e cobrança. Assim, o trabalho doméstico é tido como uma situação natural, inerente à condição feminina, perpassado por relações afetivas e fora do mercado, invisibilizando o trabalho feminino.

A invisibilidade do trabalho feminino, seja nos espaços de produção, seja nos de reprodução social, é dada pela divisão sexual do trabalho que atribui a responsabilidade das atividades domésticas às mulheres, atribuição esta tida como natural, e as atividades designadas aos espaços públicos, fora de casa, são percebidas como atividades complementares ou como ajuda.

O fato de o gênero feminino encontrar-se ocupado predominantemente em atividades no âmbito reprodutivo se justifica pela necessidade do capital do processo de

valorização, no qual seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem a colaboração feminina nas atividades de reprodução da força de trabalho.

É importante salientar que, apesar de as mulheres terem conquistado avanços devido à sua inserção no mundo do trabalho e em outros espaços da vida social, esta inserção ainda se dá de forma precarizada. Um exemplo disto encontra-se nas atividades desenvolvidas pelas mulheres que são voltadas à dimensão da prestação de serviços com pouco prestígio social e baixa remuneração em relação ao trabalho masculino.

Outro aspecto relevante para a análise da inserção das mulheres no espaço produtivo revela-se nas transformações que atingiram o mercado de trabalho nas últimas décadas que se refletem na realidade dos e das trabalhadores(as) como um todo, com especificidades na vida das mulheres.

Desse modo, o aumento da participação feminina na força de trabalho que tem caracterizado as últimas décadas aponta um cenário de degradação das condições de trabalho e de crescente desemprego.

3.5 A interseção entre trabalho e escolarização das mulheres - Igualdade no acesso à escolarização como um direito ou um fator para exploração do capital sobre o trabalho feminino?

A consolidação da Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças na educação brasileira com reflexos em reformas educacionais, dadas a partir dos anos 1990, que perpassam desde estrutura curricular, financiamento, como também, questões específicas de gênero e raça/etnia.

A categoria gênero relacionada à educação ganhou maior visibilidade em 1990, a partir de reivindicações que priorizam a superação de medidas contra a discriminação das mulheres, no âmbito do Estado e das políticas públicas. Porém, como afirma Rosemberg (2001), as análises sobre o desenvolvimento de políticas educacionais com vistas à redução das desigualdades de gênero ainda são escassas e pouco divulgadas, principalmente quando se referem às legislações, bem como ao acesso e permanência na escola de homens e mulheres.

Vianna e Unbehaum (2004), em seu estudo sobre a política educacional, especificamente no que abarca a categoria gênero e suas contribuições, ressaltam o caráter e a contribuição para a discussão desta política a partir das legislações, planos e parâmetros federais no âmbito da educação brasileira, dentre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei n.10.172/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCNs.

Para as autoras, analisar esses documentos requer uma percepção acerca dos direitos e da construção da cidadania com perspectivas de abordar as relações de gênero na educação brasileira. Contudo, abordar as legislações brasileiras quanto à educação exige cuidado, pois existem dois momentos distintos das últimas décadas do século XX que marcam a problemática.

A década de 80 refere-se ao momento de abertura política, da constituição de um estado democrático a partir da garantia dos direitos sociais, que tem como marco a Constituição Federal. Referente à década de 1990, tem-se o Estado sob forte influência neoliberal, principalmente nas políticas sociais, proporcionando rebatimento direto sobre a oferta dos serviços públicos à população, por meio do sucateamento destes serviços.

As reformas neoliberais preconizam o esvaziamento das lutas sociais e a redução do Estado com relação à responsabilidade perante as políticas públicas. Assim, esta lógica baseia-se nas reformas sem aumentar as despesas, afetando as políticas sociais voltadas para a população mais pobre, no tempo em que o aumento do desemprego estrutural e a desregulamentação dos direitos sociais eram o foco do capitalismo contemporâneo.

Desta forma, a política educacional, assim como as demais, foram submetidas à política econômica, ao processo de privatização, corte de gastos sociais públicos e sem redução da desigualdade social. Isso ocorre devido à reforma dos sistemas de proteção social, que sob a ótica neoliberal se configuram através de elementos estruturais como a privatização de setores de direito, principalmente, a educação e a saúde (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Assim, o que se tem diante desse período que retrata mudanças na conjuntura política e econômica brasileira é um quadro de contradições onde, de um lado, temos as conquistas de direitos e, de outro, a restrição de políticas públicas, que afeta diretamente a política educacional.

Para Peroni (apud Vianna e Unbehaum, 2004, p. 83),

[...] a qualidade, antes ligada à gestão democrática ou à formação para a cidadania, passa a ser enfaticamente associada à reforma e modernização dos sistemas administrativos, à implantação de programas de avaliação, à compra de material didático, à capacitação dos professores sem um forte direcionamento de recursos para a recuperação dos salários.

Enraizada na necessidade de habilidades e competências da economia mundializada, a educação aparece no debate contemporâneo como instrumento importante na redução da pobreza, pois ao promover a transmissão de um conhecimento específico, contribui para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. A educação, a fim de propiciar o desenvolvimento econômico, ganha centralidade, pois exerce influência sobre a inversão tecnológica, os padrões de consumo, as transformações econômicas e sobre os sujeitos sociais envolvidos, sendo, portanto, indispensável um nível de educação geral.

A importância, na atualidade, de garantir o acesso escolar às mulheres, vem sendo tratada como prioridade pelos organismos internacionais devido à presença massiva das mulheres no mundo do trabalho. Em 1990, a educação feminina foi pauta em vários eventos internacionais, a exemplo da ONU, com a abordagem de temas referentes à educação, ao meio ambiente e aos direitos humanos. Destes eventos, derivam compromissos políticos, elaborados em forma de documentos, a fim de assegurar educação básica a todos, mas prioritariamente para a educação de mulheres e meninas.

Os documentos, recomendados aos Estados-membros, têm como finalidade a promoção do acesso à educação básica com base na equidade, a eliminação dos obstáculos – sociais e culturais – que excluem a população feminina do sistema de ensino, bem como os preconceitos e os estereótipos que reproduzem a histórica discriminação contra o sexo feminino na escola, especialmente os presentes nos livros didáticos.

No que concerne à educação feminina, nos documentos oficiais das agências da ONU, duas temáticas destacam-se. A primeira está relacionada à agenda política das agências multilaterais para a redução da pobreza, haja vista a crença de que a educação feminina, especialmente das mulheres, pode interromper o “ciclo intergeracional da pobreza”. A segunda trata da questão da mulher e sua inserção no mercado trabalho, que incide na questão educacional, já que as mulheres precisam ser qualificadas e se tornarem empregáveis. A convergência de ambas está centrada na participação da mulher na redução da pobreza (GOUVÊA & NOMA, 2012).

A exemplo desses documentos, o Banco Mundial, em seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, intitulado “A pobreza”, publicado em 1990, expõe que se “[...] as famílias tiverem oportunidades seguras de usar proveitosamente sua mão de obra e se seus membros forem capacitados, instruídos e saudáveis, certamente estará assegurado um padrão de vida mínimo e a pobreza desaparecerá” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 39).

O Banco Mundial afirma que a eficácia da educação como arma na luta contra a pobreza está relacionada não só ao aumento produtividade do trabalho dos pobres, mas, pela educação das mães, têm-se importantes benefícios, já que “[...] um ano de educação da mãe tem relação com a diminuição de 9% na taxa de mortalidade infantil. Os filhos de mães com um maior nível de instrução – sendo as demais características iguais – tendem a ser mais saudáveis” (op. cit., p. 35).

O Banco Mundial, através de outro documento, intitulado “Prioridades e estratégias para a educação”, continua a fazer a defesa da educação como arma eficaz na luta contra a pobreza e reafirma que a educação dos pais, especificamente das mães é acompanhada por mudanças de hábitos, de comportamento, gerando condições de proporcionar melhor nutrição e melhores serviços de saúde a seus filhos (BANCO MUNDIAL, 1995). Todos estes benefícios levam a considerar a educação como elemento eficaz para romper com a reprodução da pobreza no futuro.

Verifica-se que nos documentos do Banco Mundial, a questão da educação feminina está inserida no contexto da preocupação da agência em relação aos problemas sociais advindos da pobreza. E a articulação entre a educação e trabalho feminino resultaria em melhoria das condições familiares, especialmente na formação do capital humano das crianças. Assim, a educação feminina surge como estratégia de resolução dos problemas sociais.

Esse discurso estará presente em documentos de outras agências multilaterais filiadas à ONU, entre elas a Cepal. No que concerne à escolarização feminina, trabalho e pobreza, observa-se no documento “Equidade, desenvolvimento e cidadania”, de 2000, que a Cepal considera que o principal desafio na região encontra-se em relação à igualdade, ao desenvolvimento e à cidadania. A educação é considerada o aporte central para a igualdade e o desenvolvimento, sendo necessária para a redução da pobreza, pois melhora as condições de saúde da família e a mobilidade social e profissional, tendo um caráter abrangente na sociedade.

No que confere a relação entre educação feminina e mercado de trabalho, a agência retrata o impacto positivo da educação das mulheres na educação e na saúde da família, porém destaca que, embora tenham adquirido um melhor nível educacional, as mulheres ainda continuam a ter sua força de trabalho subvalorizada.

Outro documento que aborda a relação entre educação das mulheres e pobreza está no “Caminhos para a equidade de gênero na América Latina e Caribe”, elaborado pela

Cepal para a 9ª Conferência Regional da Mulher da América Latina e Caribe. Este documento faz um balanço das conquistas e desafios em relação à pobreza e à equidade de gênero, bem como os avanços e retrocessos nas esferas institucionais e na participação política das mulheres.

Este documento apresenta propostas estratégicas para avançar em programas de reformas para a implementação da igualdade plena entre homens e mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação. Quanto à escolarização feminina, o documento demonstra que um dos avanços em relação à equidade foi a elevação do número de anos de estudo e o aumento da matrícula feminina nas escolas. Porém, o nível educacional das mulheres não teve como consequência uma melhor inserção no mercado de trabalho, nem a redução da diferença salarial existente entre homens e mulheres.

O acesso das mulheres à escolarização é retratado, também, no Relatório para UNESCO para o século XXI²², que reafirma a necessidade de se garantir o princípio da equidade, a fim de que sejam suprimidas as desigualdades sociais e as desigualdades entre os sexos. No referente à educação, o Relatório ressalta haver uma relação entre analfabetismo e pobreza, e que o investimento na educação da mulher, além de levar ao desenvolvimento econômico, promoveria uma elevação geral nos níveis da saúde e da nutrição da população.

No entanto, é preciso destacar que as supostas investidas de ataque à pobreza, promovidas pelos organismos internacionais, se inserem no ideário neoliberal, que considera que investimento em educação tem retorno na diminuição do papel do Estado, na medida em que esses indivíduos se inserem, mesmo que precariamente, no mercado de trabalho. Além disto, há um fator de responsabilidade feminina não só de se escolarizar para melhorar sua condição de vida, mas também a da sua família.

Deste modo, após as análises de alguns documentos, torna-se imprescindível analisar como essas políticas oriundas dos organismos internacionais refletem nas políticas de trabalho, educação e renda no Brasil, mais especificamente, como essas políticas atingem as mulheres.

No Brasil, além da presença cada vez maior da população feminina no mercado de trabalho, tem-se também um aumento da participação desta nas instituições educacionais. Isto ocorre desde meados do século XX, como resultante de alterações culturais e econômicas relacionadas ao desenvolvimento mais recente do capitalismo, que exigiu maior volume de

²² Relatório Jacques Delors, 2000.

mão de obra em diversos setores da economia. E é por esta inserção no processo de escolarização que se dá uma transformação nos índices de analfabetismos, outrora sempre maiores entre as mulheres que entre os homens.

Segundo Nogueira (2004), a equiparação e superação entre mulheres e homens, no que tange aos índices de analfabetismo, vem acontecendo gradativamente desde 1940, quando o país iniciou o processo de democratização do sistema de ensino. Mas, com relação ao segmento feminino de idade considerada jovem e adulta, pertencente à população de baixa renda, essa afirmativa é discutível.

Em relação a essa população e aos programas de educação voltados para as mulheres adultas, Rosemberg (1994 apud ALVES, 2006) aponta duas situações: uma que diz respeito aos limites sociais impostos à mulher, inviabilizando sua inserção e permanência na escola, e a outra, que se refere à insensibilidade dos poderes públicos e das organizações civis em relação às necessidades e determinações específicas das mulheres com baixa escolaridade e analfabetas que procuram essa modalidade de ensino.

Essas dificuldades de acesso à escolarização formal vão se confirmar, evidentemente, como falta de qualificação fora do lar, condicionando a participação desse segmento da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Essa dificuldade de acesso à instrução escolar está ligada às condições sociais e econômicas da família, pois, na maioria das vezes, as mulheres das classes populares são as mais prejudicadas, conforme evidencia Louro (1997), na medida em que, além de estarem mais distantes da escola, ainda assumem desde muito cedo as tarefas domésticas, incluindo eventuais cuidados com idosos ou com irmãos(ãs) menores.

Ressalta-se que os resultados de pesquisas apresentados aqui, de caráter empírico, merecem observação cautelosa, pois é sabido que as estatísticas são insuficientes para uma análise plena. Contudo, os dados ofertados têm permitido conclusões úteis ao trabalho feminino (BRUSCHINI & LOMBARDI, 1996). Desta forma, a pretensão da pesquisa estudada é de tecer uma abordagem crítica em relação a esses dados e aos estudos sobre precarização do trabalho.

3.6 Trabalho e escolarização feminina: uma análise crítica dos anos 1990 e 2000

Um dos impactos do ingresso das mulheres no mercado de trabalho é o maior acesso à escolarização. No período estudado, vê-se que a escolaridade das trabalhadoras é

superior a dos trabalhadores. Em 1993, as mulheres apresentavam uma taxa de 18,3%, no intervalo de 11 a 14 anos, em relação a 12,4% dos anos de estudo masculino. Se esse mesmo intervalo for analisado no ano de 2009, percebe-se que aumentou a taxa de escolarização da população, bem como as mulheres continuam a ser mais escolarizadas em 36,8% do que 30,1% dos homens (ver tabela 06).

De toda forma, as mulheres suplantam os homens em média de anos de estudo, tanto na população em geral (7 anos de estudo, eles, e 7,4, elas), como no mercado de trabalho. Segundo dados do censo 2010, enquanto 13% da PEA feminina têm 15 anos ou mais de estudo, apenas 8,2% dos homens estão na mesma situação. E o efeito da escolaridade sobre o trabalho feminino é tão significativo que, enquanto a taxa de atividade geral delas, em 2009, era de 53%, entre as mulheres com 15 anos ou mais de estudo era de 82%.

TABELA 06 – TAXAS DE ATIVIDADES SEGUNDO SEXO E ESCOLARIDADE - BRASIL

| Escolaridade | 1993 | | 2009 | |
|------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| s/instrução e menos de 1 ano | 16,3 | 13,2 | 8,6 | 6,4 |
| 1 a 3 anos | 19,0 | 16,5 | 10,5 | 7,2 |
| 4 a 7 anos | 34,1 | 31,9 | 25 | 20,7 |
| 8 a 10 anos | 13,4 | 13,6 | 17,6 | 16,3 |
| 11 a 14 anos | 12,4 | 18,3 | 30,1 | 36,8 |
| 15 anos ou mais | 4,8 | 6,5 | 8,2 | 12,6 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Milhões | 44,2 | 30,0 | 56,3 | 44,1 |

Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados.

Quanto ao trabalho formal, a inserção das mulheres no mercado brasileiro, tem sido marcada pela precariedade. Entretanto, no contraponto às ocupações precárias, as mulheres instruídas continuam marcando presença nos ditos trabalhos femininos, como magistério, serviço social e enfermagem, mas também estão constituindo profissões de “prestígio” como advocacia, medicina, engenharia, que são profissões tradicionalmente masculinas. Este fato poderia ser considerado um progresso no que se refere à participação feminina no mercado de trabalho.

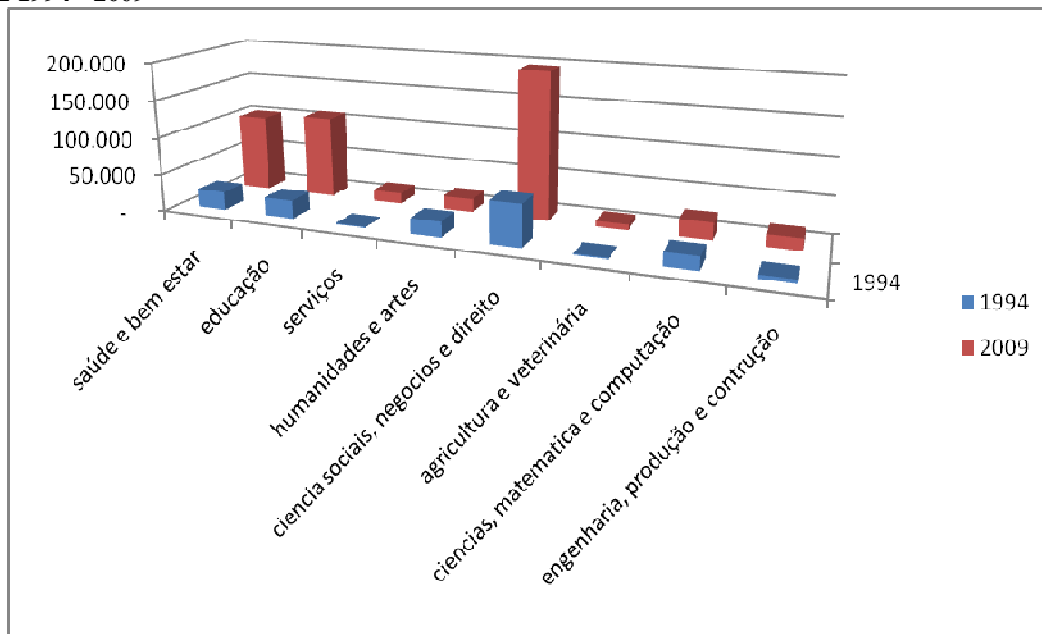
O ingresso das mulheres nessas boas ocupações teria sido resultado da convergência de vários fatores. De um lado, pela intensa transformação cultural, nos anos 70, na esteira dos movimentos sociais e políticos dessa década, que impulsionou as mulheres para

as universidades, em busca de um projeto de vida profissional e não apenas doméstico. Um outro aspecto foi que a expansão das universidades públicas e, principalmente, privadas, na mesma época, foi ao encontro desse anseio feminino.

De outro lado, a racionalização e as transformações pelas quais passaram essas profissões abriram novas possibilidades para as mulheres que se formaram nessas carreiras, ampliando o leque profissional feminino para além dos “guetos” tradicionais (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1999; 2000).

Observa-se no gráfico abaixo que as mulheres não só permanecem, como houve um acréscimo expressivo de suas atividades, entre os anos 1994 e 2009, nas áreas ditas femininas como a educação, saúde e bem estar. Contudo, percebe-se um aumento expressivo das mulheres no ano de 2009, na área de ciências sociais, negócios e direito. Segundo Bruschini (2007), houve uma consolidação da presença feminina entre esses profissionais, ao longo da década de 90. Na categoria dos engenheiros, por exemplo, a participação das mulheres, que era de 12% em 1993, atinge 14% em 2004. Entre os arquitetos, a fatia feminina é bem mais substantiva. Na mesma data, mais da metade da categoria (54%) é composta de mulheres, dado que consolida a tendência de feminização da profissão, uma vez que as mulheres já ocupavam cerca de 52% dos empregos dessa área em 1993.

GRÁFICO 01 – ENSINO SUPERIOR CONCLUINTE DO SEXO FEMININO SEGUNDO ÁREA – BRASIL 1994 - 2009



Fonte: FIBGE/PNADs – Microdados.

Um outro fator importante, mas não tão visível nos estudos sobre o trabalho feminino, foi apresentado em uma pesquisa elaborada por Bruschini e Puppini (2004), que concluiu que 24% dos 42.276 cargos de diretoria computados pela Rais em 2000 eram ocupados por mulheres. As informações obtidas revelaram que cerca de 31% dos 19.167 cargos de diretores gerais de empresas do setor formal eram ocupados por mulheres.

Entretanto, ao analisar a presença feminina em tais cargos segundo ramos de atividade, foi possível constatar que os empregos femininos predominavam na administração pública, na educação – mais de 50% – e em outras áreas sociais, como saúde e serviços sociais, com 46% dos cargos de diretoria ocupados por mulheres.

Ao considerar os cargos de diretoria em sua especificidade, foi possível constatar que a grande maioria deles, nas empresas de serviços de saúde, educação e cultura, era ocupada por mulheres (75%), enquanto entre os diretores de produção e operações, ou mesmo nas áreas de apoio, o percentual de empregos ocupados por mulheres é significativamente mais baixo: 21% no primeiro caso e 30% no segundo.

Os dados do IBGE (2010) demonstram que as mulheres estudam mais do que os homens, porém, ganham, quando no mesmo setor, 30% a menos da renda masculina. Em 2009, o total de mulheres ocupadas recebia cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados. No mercado formal, essa razão chega a 74,6%, enquanto no mercado informal a diferença é ainda maior: as mulheres recebem somente 63,2% do rendimento médio dos homens. Quando comparados estes dados, verifica-se que este diferencial no rendimento está relacionado com a maior qualificação das pessoas no trabalho formal e com a média de horas trabalhadas, que é inferior para as mulheres em trabalhos informais.

No que concerne à comparação entre rendimentos e anos de estudos, verifica-se que as mulheres com 12 anos ou mais de estudo recebiam, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade (op. cit.). Isto pode se dar devido à formação profissional dos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho (MATIAS DOS SANTOS, 2006).

Segundo dados do IBGE (2010), as mulheres com escolaridade mais baixa empregam-se menos do que aquelas com 12 anos ou mais de estudo, enquanto o inverso ocorre para os homens. Isto pode ocorrer devido às mulheres com menos estudo estarem em trabalhos precários, muitas vezes devido somente à necessidade de complementar a renda familiar. Enquanto isso, para as mulheres com maior nível escolar, a relação entre a

formalização do trabalho e a escolaridade resulta em um maior número de horas trabalhadas devido às próprias exigências dos postos de trabalho (BRUMER, 2004).

Das mulheres jovens, de 16 a 24 anos de idade, 69,2% estão em trabalhos informais. Outro grupo etário em que a participação é elevada é o das mulheres de 60 anos ou mais, cuja proporção é de 82,2%. Segundo IBGE (2010, p. 254),

[...] a alta participação desses dois segmentos etários em trabalhos informais pode estar relacionada com a baixa escolaridade. Também pode estar relacionada, no caso das mais jovens, com a dificuldade de acesso a um primeiro trabalho formal onde possam conciliar emprego e estudo e, no caso das mais idosas, com o retorno de aposentadas e pensionistas ao mercado de trabalho, especialmente, em trabalhos informais.

Outro fator é a desqualificação do trabalho da mulher. As ditas habilidades femininas reduzem-se em atividades desvalorizadas e relacionadas a saberes femininos ditos naturais, como adequação a atividades repetitivas, rotineiras e desgastantes; a capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo e afastar-se da residência por pouco tempo.

É importante ressaltar que os dons e habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para exploração da força de trabalho, pois, ao serem vistos como atributos naturais, são considerados como dons e não como trabalho. Lobo (2011) afirma que uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como menos complexa.

A não valorização desse trabalho faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, não constituindo assim sua identidade de classe. Isto faz com que muitas mulheres não participem politicamente das lutas ou sequer se organizem. Muitas também deixam de assumir cargos em organizações, sindicatos, associações. Este fator contribui diretamente com o capital, pois significava menos pessoas no confronto.

Verifica-se que esse fenômeno é acompanhado das responsabilidades femininas com o lar e a criação dos filhos o que reduz o tempo para a política. Além disso, tem a cultura que historicamente determina que o âmbito privado deva ser responsabilidade das mulheres.

Assim, a naturalização dos papéis femininos atendem aos interesses do capital com a ampliação dos seus lucros, pois diminui o custo da reprodução da força de trabalho. Cisne (apud VELOSO, 2001, p. 57) diz que:

O Estado detém, indiretamente, um importante papel na opressão da mulher, por meio do seu apoio a uma forma particular de lar: o lar depende amplamente de um salário masculino e do serviço doméstico feminino, modelo relacionado por sua vez, à produção capitalista, na medida que é funcional à reprodução da classe trabalhadora e à manutenção das mulheres como exército de reserva de mão de obra. Ao realizarem trabalhos domésticos não remunerados e ao serem amplamente

responsáveis pelo cuidado com os filhos, as mulheres estão realizando funções para um sistema contínuo e uniforme do sistema capitalista.

Assim, o trabalho doméstico não-remunerado contribui com o sistema capitalista, pois sem ele o Estado teria que arcar com lavadeiras e escolas públicas para atender à classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar o salário mínimo para que o trabalhador pudesse pagar por serviços necessários à sua reprodução. Vê-se que ambas as propostas geram um ônus ao capital.

Vê-se que há uma relação direta entre salário mínimo e trabalho doméstico, pois aquele é calculado, fundamentalmente, com bases nos custos necessários à reprodução da força de trabalho. Assim, a naturalização dessas atividades como uma obrigação da mulher e a não-remuneração por este possibilitam que o salário mínimo seja menor do que deveria ser.

Além da naturalização das atividades femininas que servem para subordinar o papel das mulheres no trabalho, difundem-se ideias de que as mulheres são menos qualificadas que os homens. Essa má qualificação possibilita uma maior exploração através da intensificação da produtividade e, conseqüentemente, do acúmulo do capital. Por isso, a ideia de que a divisão sexual deve ser analisada a partir de suas determinações, como instrumento de análise e de desvelamento do real.

Uma outra justificativa para que se difundam papéis naturalmente femininos e a sua subordinação a trabalhos precários é a baixa qualificação. No que concerne à associação entre escolaridade e trabalho, as profissões regulares exigem um nível mais elevado de escolarização, o que não significa que estas ocupações também não estejam associadas às habilidades tidas como mais desenvolvidas entre as mulheres como: cuidar, servir, cuidar de doentes e educar.

Diante do exposto, ressalta-se a importância de compreender os estudos de gênero relacionados ao trabalho e à educação, a fim de compreender melhor o quadro das desigualdades.

4. A PARTICULARIDADE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE

Esta análise pretende abordar a interseção entre trabalho feminino e escolarização no contexto de precarização do trabalho no município de Várzea Alegre. A compreensão deste fenômeno exige a identificação dos fatores que contribuem para a realidade dada a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade e as determinações advindas das relações de gênero que configuram a divisão sexual do trabalho na nossa sociedade e seu reatamento no cotidiano.

O objetivo desse capítulo é apresentar as determinações do trabalho feminino, no caso particular do município de Várzea Alegre, a partir das análises dados do IBGE e IPECE, entre os anos 2000 e 2010, sobre trabalho, rendimentos e escolarização.

O município de Várzea Alegre encontra-se localizado na região centro-sul do Estado do Ceará, a 467 km da capital Fortaleza e tem seus limites estabelecidos ao Norte com os municípios de Cedro e Cariús, ao Sul com Farias Brito, Caririaçu e Granjeiro, ao Leste com Granjeiro, Lavras da Mangabeira e Cedro, e ao Oeste com Cariús e Farias Brito (IPECE, 2011).

O município foi criado no ano de 1870, pela Lei nº 1.329 e possui uma área de 83.600 hectares, constituído de cinco distritos: Riacho Verde, Calabaça, Naraniú, Canindezinho e Ibicatu.

A população residente consta de um total de 38.434 habitantes, dos quais 23.896 (62,17%) encontram-se na zona urbana e 14.538 (37,83%) na zona rural (op. cit.). Quanto ao sexo, observa-se que 18.660 são homens, representando 48,55% da população, e as mulheres somam 19.774 de habitantes, compreendendo 51,45%. (op. cit.) (ver tabela 07).

Quanto à densidade demográfica (hab./Km²) municipal, esta é de 45,99 e a taxa geométrica de crescimento anual é de 3,17% para a zona urbana e - 0,91% para a zona rural.

TABELA 07 - POPULAÇÃO RESIDENTE (2000-2010)

| Discriminação | 2000 | | 2010 | |
|---------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | Valor | Part. (%) | valor | Part. (%) |
| Urbano | 19.268 | 53,3 | 23.896 | 62,17 |
| Rural | 15.576 | 44,7 | 14.538 | 37,83 |
| Homens | 17.072 | 49 | 18.660 | 48,55 |
| Mulheres | 17.772 | 51 | 19.774 | 51,45 |
| Total | 34.484 | 100 | 38.434 | 100 |

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000/2010.

No que concerne ao contingente populacional, houve um aumento significativo da população urbana em detrimento do espaço rural no ano de 2010 quando comparado ao ano 2000 (ver tabela 08). Este aumento pode ter sido ocasionado pelas oportunidades de obtenção de emprego e renda oferecidos na sede do município, principalmente com a instalação de uma fábrica de materiais plásticos. Outro fator que pode justificar esse fenômeno é o maior acesso aos serviços de saúde, educação e assistência estarem localizados na sede do município.

TABELA 08 – POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE (2000/2010)

| Grupos de Idade | Homens | Part. (%) | Mulheres | Part. (%) | Valor | Part. (%) |
|-----------------|------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---------------|
| 0 a 4 | 1.371,00 | 7,3% | 1.387,00 | 7,0% | 2.758 | 7,2% |
| 5 a 9 | 1.603,00 | 8,6% | 1.530,00 | 7,7% | 3.133 | 8,2% |
| 10 a 14 | 1.837,00 | 9,8% | 1.800,00 | 9,1% | 3.637 | 9,5% |
| 15 a 19 | 1.914,00 | 10,3% | 1.903,00 | 9,6% | 3.817 | 9,9% |
| 20 a 24 | 1.637,00 | 8,8% | 1.688,00 | 8,5% | 3.325 | 8,7% |
| 25 a 29 | 1.389,00 | 7,4% | 1.507,00 | 7,6% | 2.896 | 7,5% |
| 30 a 34 | 1.278,00 | 6,8% | 1.420,00 | 7,2% | 2.698 | 7,0% |
| 35 a 39 | 1.127,00 | 6,0% | 1.235,00 | 6,2% | 2.362 | 6,1% |
| 40 a 44 | 1.147,00 | 6,1% | 1.219,00 | 6,2% | 2.366 | 6,2% |
| 45 a 49 | 1.048,00 | 5,6% | 1.123,00 | 5,7% | 2.171 | 5,6% |
| 50 a 59 | 1.651,00 | 8,8% | 1.827,00 | 9,2% | 3.478 | 9,0% |
| 60 a 69 | 1.345,00 | 7,2% | 1.551,00 | 7,8% | 2.896 | 7,5% |
| 70 ou mais | 1.313,00 | 7,0% | 1.584,00 | 8,0% | 2.897 | 7,5% |
| Total | 18.660,00 | 100,0% | 19.774,00 | 100,0% | 38.434 | 100,0% |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Ainda no que concerne à população do município, a tabela 07 demonstra uma concentração nos intervalos de 20 - 59 anos em ambos os sexos, caracterizando uma população de jovens e adultos, totalizando 49,7% para o sexo masculino e 50,7% para o sexo feminino.

Quanto à renda municipal, os dados do IPECE (2011) demonstram que a população municipal caracteriza-se pela condição social de extrema pobreza, dado pelo rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00, totalizando 29,12% da população. Esta média está acima da porcentagem do Estado, 17,79%, o que demonstra que o município apresenta mais características de pobreza do que o Estado. Em Várzea Alegre, 20,92% da população concentra-se na área urbana e 42,60% estão na área rural, como demonstra a tabela 09.

TABELA 09 – POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE (RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA MENSAL DE ATÉ R\$ 70,00) – 2010

| Discriminação | Estado | (%) | Município | (%) |
|---------------|------------------|--------------|---------------|--------------|
| Urbanos | 726.270 | 11,44 | 4.998 | 20,92 |
| Rurais | 776.654 | 36,88 | 6.193 | 42,6 |
| Total | 1.502.924 | 17,78 | 11.191 | 29,12 |

Fonte: I (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Ressalta-se que o termo pobreza apresenta vários parâmetros, mas não se pode associá-lo apenas à dimensão do rendimento. Yasbek (2006) observa que, embora seja importante a diversidade de parâmetros utilizados para se determinar o conceito de pobreza, não se pode deixar de considerar a pobreza como um fenômeno multidimensional e relativo.

Assim, a pobreza se caracteriza pelas múltiplas determinações: políticas, econômicas, de raça, etnia, gênero, culturais, religiosas, dentre outras. Com isso, a renda não pode ser considerada o viés determinante para a concepção de pobreza.

A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. Martins (1991) mostra que a pobreza, muito mais que falta de comida e de habitação, é “carência de direitos, de possibilidades, de esperança”. Considera vergonhosa essa forma de pobreza, “que é a pobreza de direitos” (MARTINS, 1991 apud YASBEK, 2006, p. 62).

No que concerne à relação entre gênero e pobreza, conclui-se que as mulheres de baixa renda são as mais atingidas pelo modelo econômico e cultural vigente, pois são exploradas, oprimidas e discriminadas tanto pelo sexo como pela classe, estando no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas. Um exemplo disso é a alimentação. As mulheres pobres priorizam, em geral, a alimentação dos maridos e dos filhos. Por isso, elas sofrem mais com a subnutrição do que os homens que pertencem à mesma classe.

Quando se faz uma relação entre estado e município, observa-se que a população, tanto urbana como rural, é atingida em maior número. No que diz respeito à divisão de áreas, conclui-se que a população rural é a mais afetada tanto no município como no estado, este com 36,88% e aquele com 42,6% (ver tabela 09). Isto pode se dar pela falta de políticas públicas efetivas de saúde, educação, assistência, trabalho e renda no âmbito rural, bem como pelo próprio interesse do governo em estar mais presente nas áreas urbanas.

Em pesquisa realizada por Nunes (2009) com trabalhadoras rurais, no que se refere à sobrevivência familiar no município de Várzea Alegre, verificou-se que a renda da

população rural advém da atividade agrícola, sendo complementada por rendas extras, tais como a aposentadoria rural e atividades eventuais (faxinas, servente, pedreiro etc.) e pelos programas de transferência de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Outra forma de rendimento no campo é gerada através da assistência técnica e acesso a créditos rurais. Esses são pouco eficientes e apresentam algumas dificuldades de operacionalização. Segundo Melo (2004), os programas oferecidos aos pequenos produtores rurais têm como objetivo dar apoio financeiro para que estes e suas organizações desenvolvam suas propriedades e possam aumentar sua produção.

Em Várzea Alegre, o programa de assistência técnica é fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Agricultura, e a EMATERCE que financiam a fruticultura irrigada, que é a atividade alvo do programa de assistência existente no município, direcionada ao plantio da banana, cultura considerada de fácil manuseio e de grande aceitação no mercado local.

Em estudo realizado sobre os pequenos produtores do município de Várzea Alegre, Oliveira (2008) retrata que a pequena dimensão das propriedades é um dos entraves ao crescimento produtivo, já que, segundo os próprios agricultores, devido a essa pequena dimensão das propriedades, não compensa para estes buscar investimentos e assistência técnica. Além desses fatores, a burocracia encontrada pelos pequenos produtores, como a documentação necessária e a distância dos bancos que concedem estes créditos, são entraves para a aquisição destes.

Outro limite encontrado em relação à concessão de créditos está presente nas relações de gênero. Segundo Melo (2004), essas políticas, se não impedem a permissão para o crédito, dificultam a participação das mulheres neste, já que o homem aparece como seu principal beneficiário.

Este fator, segundo a autora, é dado pela invisibilidade das mulheres na roça, por parte dos governos e bancos que criam as políticas de crédito. Estes órgãos não as reconhecem como agricultoras e membros do modo de produção social. Ao contrário, a incorporação do gênero nessas políticas significaria a importância do seu papel como produtora e o seu reconhecimento como sujeito do processo social. Segundo Moura (2002), a valorização da mulher e o acesso delas às políticas de créditos são temáticas e eixos políticos dos diversos movimentos de mulheres.

Portanto, a valorização das mulheres, segundo Silva (2002), vem sendo realizadas a partir de eixos mobilizadores dos movimentos sociais que primam a questão do acesso às políticas de crédito e a valorização das mulheres na agricultura.

Ainda no que se refere a rendimentos, observa-se na tabela 10 que a renda *per capita* familiar de 94,84% das famílias é de até um salário mínimo, equivalente a R\$ 510,00, e que na porcentagem de 1,14% encontram-se os que ganham mais de 3 salários mínimos. Pode-se concluir que 84,54% das famílias residentes no município (sobre)vivem com uma renda inferior a da mediana do rendimento familiar per capita no Brasil, que era de R\$ 465,00.

Comparado os dados do município aos do Estado, observa-se que os o intervalo das famílias sem rendimento no município totaliza 30% a mais que os números estaduais.

TABELA 10 – RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (SALÁRIO MÍNIMO R\$ 510,00) – 2010

| Discriminação | Estado | | Município | |
|----------------|------------------|------------|--------------|------------|
| | Número | % | Número | % |
| Sem rendimento | 105.371 | 4,45 | 323 | 34,62 |
| Até ¼ | 515.628 | 21,8 | 3.996 | 24,28 |
| Entre 1/4 e ½ | 648.315 | 27,41 | 2.802 | 28,64 |
| Entre 1/2 e 1 | 659.736 | 27,89 | 3.305 | 7,3 |
| Entre 1 e 2 | 253.603 | 10,72 | 842 | 1,22 |
| Entre 2 e 3 | 69.758 | 2,95 | 141 | 1,14 |
| Mais de 3 | 112.321 | 4,75 | 132 | 2,8 |
| Total | 2.365.276 | 100 | 11541 | 100 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Um outro ponto importante ao tratar de rendimentos familiar está na relação de gênero. Constata-se que houve um crescimento da renda feminina no âmbito familiar.

No que se refere à chefia feminina, o quadro abaixo (tabela 11) demonstra que houve um aumento das mulheres chefes de família no município nos anos 2000 - 2010, 2005 para 3.735, bem como houve uma diminuição dos homens chefes de família, que passou de 7.147 nos anos 2000 para 6.462 homens chefes de família.

TABELA 11 – FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR TIPO DE FAMÍLIA E SEXO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA

| Sexo da pessoa responsável pela família | 2000 | 2010 |
|---|--------------|---------------|
| Homens | 7.147 | 6.462 |
| Mulheres | 2.005 | 3.735 |
| Total | 9.152 | 10.197 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

O aumento da chefia feminina é dado por mudanças na estrutura familiar contemporânea, com a dissolução de parte da família nuclear burguesa, que se deu, principalmente, com as mudanças na cultura feminina, com o uso do anticoncepcional, além das mudanças na estrutura econômica, o que possibilitou o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho, permitindo que esse contingente feminino fosse, muitas vezes, a renda principal da casa. Outros fatores que retratam o aumento da chefia feminina estão no acesso às políticas públicas que determinam que as mulheres sejam a beneficiária principal nos programas e projetos, tais como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

Observa-se que, apesar da titularidade deste benefício ser feminina, muitas vezes, ele é apropriado pelo marido/companheiro das beneficiárias e que o destino dado ao benefício, muitas vezes, é diferente do objetivo do programa. Em sua pesquisa, no sertão de Pernambuco, Silva (2005) retrata que benefícios como Bolsa Família e aposentadoria rural são apropriados, muitas vezes, pelo homem, ou são percebidos pelas mulheres como recursos destinados à família, e não direito da mulher.

Os dados do município retratam que das 3.735 mulheres chefes de família, 1.143 são responsáveis pelo lar e pelos filhos e/ou parentes sem a presença do cônjuge (IBGE, 2010). Contudo, no que concerne ao rendimento, essas mulheres recebem até um salário mínimo, o que demonstra que embora haja um aumento de mulheres chefes de família, a sua condição de renda é baixa.

Esses dados se agravam quando são associados à escolarização, pois nota-se que o maior nível de escolaridade das mulheres com “chefia” está no intervalo sem instrução e fundamental incompleto, totalizando 2.622 mulheres. Este mesmo fator é apresentado para o sexo masculino em quase o dobro do sexo feminino, totalizando 4.731 para os homens.

TABELA 12 – FAMÍLIAS ÚNICAS E CONVIVENTES PRINCIPAIS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO O SEXO E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELAS FAMÍLIAS

| Nível de instrução | Homens | % | Mulheres | % |
|---|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Sem instrução e fundamental incompleto | 9.192 | 31,73 | 8.388 | 28,96 |
| Fundamental completo e médio incompleto | 2.587 | 8,93 | 2.593 | 8,95 |
| Médio completo e superior incompleto | 1.844 | 6,37 | 3.334 | 11,51 |
| Superior completo | 240 | 0,83 | 670 | 2,31 |
| Total | 13.863 | 47,86 | 14.985 | 51,73 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Contudo, observa-se que os homens chefes de família são mais escolarizados do que as mulheres nos intervalos de fundamental completo a superior incompleto, o que reflete

a desigualdade de gênero; pois às mulheres chefes de família cabem retirar parcela do seu tempo para tratar da responsabilidade com o cuidado de filhos e/ou parentes e com o lar. Este fator pode refletir diretamente ao não acesso das mulheres ou a uma não continuidade na frequência escolar.

Aqui se vê uma associação evidente sobre a intercessão entre trabalho, rendimento e escolarização feminina, em que apesar do crescimento das mulheres no comando sobre o espaço privado no que se refere ao rendimento, essas mulheres ainda possuem uma baixa escolaridade e ainda exercem dupla ou tripla função no dia a dia.

Embora as mudanças ocorridas na composição familiar tenham modificado de certa forma os papéis femininos na família, é preciso lembrar que as mulheres chefes de família são também “mães de família”, pois, acumulam dupla responsabilidade, assumindo o cuidado da casa e das crianças, ao mesmo tempo em que são responsáveis pelo sustento do lar.

Constata-se, então, que as múltiplas dimensões da pobreza e a diversidade nos modos de manutenção das famílias atingem diretamente às mulheres, que se encontram nas famílias monoparentais femininas como figuras centrais, o que nos conduz à compreensão de que para se constituir políticas públicas mais efetivas, que alcancem estas famílias, deve-se considerar as reconfigurações dos arranjos familiares, a desigualdade de gênero, bem como todas as outras dimensões, nas quais as famílias estão inseridas.

Em face do exposto, compreende-se que não basta considerar apenas a privação de renda, mas, também, a dinamicidade da vida familiar, que vai muito além do aspecto financeiro, implicando em acesso ao trabalho com qualidade, à remuneração adequada, à melhoria dos serviços públicos e aos equipamentos públicos, tais como: serviços de saúde, escolas em tempo integral, centros de educação infantil, dentre outros, além de garantias legais e políticas, o que pode proporcionar a estas mulheres, chefes de família, a autonomia para a construção de seus projetos de vida.

4.1 Economia

No que concerne à economia do município de Várzea Alegre, esta tem como principal vocação a agricultura, as quais se destacam a produção de arroz sequeiro, além da exploração de outras atividades, tais como: o cultivo do feijão, do milho, da fava e em menor

proporção, da banana, do coco, da manga e de leguminosas; e a pecuária com ênfase na criação de bovinos e de aves.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura (2008), das 1.512 propriedades rurais existentes no município, 79% destas são constituídas de minifúndios com área inferior a 50 hectares e apenas 07 propriedades possuem área superior a 1.000 ha, o que demonstra que a agricultura de pequena produção familiar é predominante no município, sendo esse setor fundamental para o desenvolvimento social e econômico e para o crescimento do município.

Nesta região de pequenas propriedades rurais, a maioria das casas não tem energia elétrica, a principal fonte de água é fornecida por poços e cacimbas. Algumas pessoas não possuem legalmente a terra ou estão em processos jurídicos acionados à titularidade da terra, que é o principal recurso produtivo da agricultura de base familiar.

O município de Várzea Alegre também dispõe de um potencial de recursos naturais que compreende o solo, a água e a vegetação, bastante favoráveis ao desenvolvimento do setor agropecuário. Segundo Souza (2004), o relevo movimentado nas regiões baixas implica o surgimento de lagoas e áreas inundáveis propícias ao cultivo de arroz e à pecuária extensiva. Nestes solos, destacam-se também a produção dos gêneros agrícolas como milho, feijão e algodão.

Por se tratar de um município de origem agrícola, é natural que a sua economia seja formada a partir das atividades desenvolvidas no campo e, assim, 60% da população economicamente ativa está empregada no campo. A produção é dada, principalmente, pelo cultivo do arroz de sequeiro fazendo, portanto, jus à sua identidade conhecida como “Terra do Arroz”, pelo exuberante desempenho deste cereal; acrescido a outras atividades exploradas como o cultivo do feijão, do milho, da fava e, em menor proporção, da mandioca, banana, coco e manga – estes também com predominância do tipo sequeiro.

Destaca-se também o artesanato, em que são fabricadas redes, seguidos de artigos de couro, de argila, o bordado, o crochê, o artesanato em palha, dentre outros (OLIVEIRA, 2008). A prefeitura municipal ressalta que, quanto ao artesanato local, existem dificuldades na comercialização e na compra de matéria-prima por parte dos artesãos, o que os fazem trabalhar de forma associativista.

No que diz respeito aos índices de desenvolvimento, segundo dados do IPECE (2011), o município possui um Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM de 27,22, que o coloca na 96ª colocação no *ranking* dos 184 municípios cearenses. Enquanto o Índice de

Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,633, colocando o município na 86ª posição no *ranking* estadual.

Os setores de serviço e indústria também são fundamentais para o crescimento econômico do município de Várzea Alegre, como pode ser observado a partir de dados do IPECE (op. cit.). O setor de serviços foi responsável por 79,70% deste total, a indústria por 11,92% e a agropecuária por 8,38%. O Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de bens e serviços finais produzidos por uma determinada região – total a preços de mercado do município em 2008 foi de R\$124, 647,00 mil (op. cit.). Em 2010, com base nos últimos dados do IBGE, o PIB de Várzea Alegre cresceu 249,90%, ou seja, R\$ 161.977 mil. Também em 2010, a renda *per capita* do varzealegrense avançou 238,19%, correspondendo a R\$ 4.213, 55.

Segundo o *site* oficial do município, esses números dos dados de 2010, quando comparados aos dados de 2004, revelam o crescimento substancial. Naquele ano, a cidade tinha um PIB de R\$ 64.818 mil e a renda *per capita* do varzealegrense era de R\$ 1.769,00, de acordo com a prefeitura.

A renda *per capita*, por força das mutações climáticas, nem sempre pode ser determinada com precisão. Mas o município não fica abaixo da média hoje reconhecida para o Estado do Ceará, porquanto não detém os bolsões da miséria a que ainda se sujeitam muitas regiões do Nordeste e até mesmo do Estado do Ceará.

Quanto às unidades industriais, destacam-se no município as empresas. De acordo com a Câmara de dirigentes lojistas – CDL, existem no município as seguintes empresas:

- 1) Bird Brindes – com a atividade de fabricação de brindes;
- 2) Cerâmica Peri – fabricação de tijolos do tipo bloco;
- 3) Poly Bonés & Camisetas – confecção de bonés e camisetas;
- 4) Ópion – atividades de Confecção de Camisetas, Roupas em Geral;
- 5) Confplast – fabricação de cadeiras, mesas e baldes.

A inserção de indústrias no interior do Estado do Ceará, como é o caso de Várzea Alegre deu-se devido a um projeto de modernização atendendo aos interesses do capital mundializado para obtenção de lucro através da exploração do trabalho e de custos mais baratos para o capital. Esse processo advém do que Netto (2006) vai chamar de desterritorialização da produção, ou seja, o alcance de novos espaços, como nos países periféricos. O alcance desses novos espaços dá-se de forma desigual, já que o processo do desenvolvimento da produção depende das condições sócio-históricas de cada lugar. A

desterritorialização permite o controle da produção por um monopólio. Este domínio vai além do campo econômico, atingindo a política e a cultura, havendo uma redução dos salários e precarização dos empregos.

O processo de interiorização do Estado do Ceará, com a inserção de indústrias nos diversos espaços do estado, e logo mais à frente com o objetivo de fortalecer o parque industrial, passa por ações modernizadoras a partir de 1980. Essas transformações que buscam modernizar o Estado sobre os princípios do neoliberalismo têm em Tasso Jereissati seu principal expoente, pois este teve o objetivo de inserir o Estado no modelo apregoado pelo capitalismo mundializado: a intenção era de aumentar a produtividade e a rentabilidade do capital. Esta mesma direção foi seguida pelos governos seguintes – Ciro Gomes, Lúcio Alcântara e, atualmente, Cid Gomes.

O processo de industrialização requer a configuração de nova organização espacial que atenda aos interesses do capital. Porém, reorganizar o espaço como o Ceará, marcado pela pobreza, requer a utilização de recursos públicos.

Neste sentido, implantam-se três eixos principais para as ações: a interiorização da indústria, pela implantação de novas indústrias e modernização do atual parque industrial; modernização da agricultura, pelo agronegócio; e turismo, com a instalação de equipamentos necessários à inserção das áreas litorâneas na rota nacional e consequente expansão do comércio e dos serviços (ARAÚJO, 2007).

A industrialização, como processo de interiorização, tem sido marcada pelo discurso da geração de emprego e renda para os municípios, além disso, elas se apresentam como um dos principais promotores do aumento da população urbana, ao estimular a migração campo/cidade e da modificação nas relações de trabalho.

Esse investimento em indústrias no interior do Ceará se dá mediante política de benefício fiscal entre as unidades da federação ou da unidade. Para o Estado e os próprios municípios são estratégias de atração industrial, respondendo à carência ocasionada por falta de programas de apoio à indústria em escala regional.

Em Várzea Alegre, a indústria CONFPLAST foi uma das primeiras fábricas a ser instaladas na gestão do governo Cid Gomes, que assinou junto aos empresários o protocolo de intenções, o qual oferece o incentivo de concessão de 75% de isenção fiscal do ICMS, por 10 anos, ao grupo espanhol Resol para a instalação da fábrica.

A instalação de indústrias como essa se dá através incentivos fiscais, tributários e creditícios, com um discurso de emprego e renda para as regiões tradicionalmente menos favorecidas na busca de desenvolvimento regional.

O empreendimento teve seu início em 2008 no município, com a denominação de Resol do Brasil, em parceria com um grupo espanhol, com o objetivo de produzir mesas e cadeiras de plásticos, com vistas a atender o mercado nacional. Contudo, diante da crise de 2008 que assolou a Europa, o grupo vendeu sua participação ao sócio. Desta forma, a empresa apresenta-se à cidade com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento local e ampliar a geração de emprego e renda”

Além disto, ele ressalta a importância da fábrica para a região, afirmando que “a região Centro-Sul já concentra um pequeno polo moveleiro, com peças em metal e madeira, dinamizando a economia local com mais empregos e renda para população” Desta forma, a Resol passa a ser chamada de Confplast em 2011.

Vale ressaltar que, na atividade industrial do Estado, essa dita modernização não se faz com a implantação de modernas técnicas e/ou inovações ou com alterações nas formas de produção, senão pela integração de novas e velhas formas de acumulação do capital, na busca da ampliação das taxas de lucros.

Além disso, o deslocamento das indústrias da capital ao interior do Estado acontece devido à facilidade de controle dos empresários nos locais, sem resistência sindical e a possibilidade de reduzir os custos da produção, sem falar nos baixos custos da mão de obra, especialmente a feminina.

4.2 Trabalho e Renda

No que concerne aos indicadores de emprego formal no município, observa-se no quadro abaixo (tabela 13), que 7.932 pessoas encontram-se empregadas no município, dentre estas, o número de homens é mais elevado, totalizando 4.205 em relação a 3.727 do emprego feminino. Quanto à ocupação com carteira assinada, observa-se na tabela abaixo, que o sexo feminino foi mais absorvido que os homens, demonstrando um maior acesso ao mercado de trabalho. Contudo, isso não quer dizer que há uma maior garantia a condições de trabalho.

Os dados da tabela 13, quando comparados os números de pessoas empregadas com carteira assinada para o total de pessoas sem carteira de trabalho assinada, vê-se que há uma diferença exorbitante entre este e aquele, o que representa que no município existe um

amplo número de trabalhadores em condições precárias e de informalidade. Do contingente citado, 53% são homens e 47% são mulheres e ambos estão, em sua maioria, em situação de trabalho sem carteira assinada, portanto, em empregos informais, caracterizando a precarização do trabalho, sem a garantia dos direitos trabalhistas.

TABELA 13 – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL

| | Homens | Mulheres | Total |
|--|--------|----------|--------------|
| Empregados | 4.205 | 3.727 | 7.932 |
| Empregados com carteira assinada | 779 | 1.168 | 1948 |
| Empregados - militares, funcionários públicos e estatutários | 11 | 56 | 68 |
| Empregados sem carteira assinada | 3.414 | 2.052 | 5.915 |
| Conta própria | 2.617 | 759 | 3.376 |
| Empregadores | 118 | 40 | 158 |
| Não remunerados | 46 | 218 | 265 |
| Trabalhadores na produção para consumo próprio | 1.506 | 405 | 1.190 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Quanto à ocupação com carteira assinada, observa-se na tabela acima que o sexo feminino foi mais absorvido que os homens, demonstrando um maior acesso ao mercado de trabalho. Porém, como demonstra a tabela 13, as mulheres estão concentradas em atividades da administração pública e de serviços. Este é o setor que mais absorve a força de trabalho feminina no mundo contemporâneo, atribuindo as atividades femininas características de trabalho em tempo parcial, rotineiras e repetitivas.

Contudo, quando fazemos a associação entre trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e a condição de gênero, observa-se que as mulheres estão em um contingente menor que os homens nessa situação de precarização, o que pode refletir uma condição melhor de vida e trabalho para as mulheres. Porém, observa-se que elas se encontram ainda em maioria no que se referem às atividades não remuneradas, ou seja, àquelas que se referem ao cuidado com o lar.

Um outro fator demonstrado na tabela reflete a condição feminina. Quando comparados os dados das mulheres que estão empregadas com carteira assinada das que se encontram exercendo alguma atividade sem carteira assinada, observa-se que há uma disparidade de quase 50%. Este fator representa que apesar de as mulheres estarem com mais garantias de direitos que os homens, elas se encontram, em sua maioria, em trabalhos precarizados e informais.

Segundo Carloto (2002), esses trabalhos informais e eventuais – restrito a alguns períodos ou dias da semana – geram remuneração extra baixa, além de serem precarizados, manuais e rotineiros, sem garantia alguma de direitos profissionais. Essa informalidade é causada não apenas pela necessidade de um acréscimo da renda familiar, mas está ligada também à baixa escolaridade que possuem esses trabalhadores; gerando uma desvalorização ainda maior do trabalhador e da trabalhadora.

Assim, pode-se compreender que o trabalho de tempo parcial vai afetar intensamente as formas de contratos e das condições de trabalho, ofertando-o com tempo mais flexível e retirando a garantia de estabilidade no mesmo. O aumento do trabalho por tempo parcial vai gerar, principalmente, uma exacerbada desigualdade de salários entre os sexos como também, afirma Hirata (2001, p. 145):

Ocupado majoritariamente [...] por mulheres, e significando um salário parcial, ele agrava as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico no interior do casal. [...], ele se encarnou na figura do trabalho informal, sem nenhuma proteção social. [...]. Nos dois casos, tempo parcial e trabalho informal, trata-se – sobretudo no que diz respeito aos empregos fora do setor público e particularmente no comércio e nos serviços – de trabalhos frequentemente instáveis, mal remunerados, com uma possibilidade quase inexistente de formação, de promoção e de carreira, [...].

Portanto, constata-se que o trabalho em tempo parcial é favorável e ao mesmo tempo é reservado para as mulheres com compromisso doméstico que necessitam de uma parcela de seu tempo para cuidar da educação e da saúde dos filhos, para manutenção do espaço domiciliar, como também para os cuidados com parentes.

TABELA 14 – NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS

| Discriminação | Empregos Formais | |
|---|------------------|-------------|
| | Homens | Mulheres |
| Extrativismo mineral | 0 | 0 |
| Indústria de transformação | 84 | 30 |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | 0 | 0 |
| Construção Civil | 12 | 1 |
| Serviços | 216 | 188 |
| Administração Pública | 560 | 1.247 |
| Total | 872 | 1466 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Um outro fator apresentado é que as mulheres estão concentradas em atividades da administração pública e de serviços. Este é o setor que mais absorve a força de trabalho feminina no mundo contemporâneo, atribuindo às atividades femininas características de trabalho em tempo parcial, rotineiras e repetitivas.

As ocupações ditas de mulher são consideradas com menor prestígio, com salários baixos e inferiores às dos homens, que refletem na condição de gênero. Quando relacionadas às atividades não-remuneradas, como é o caso do setor agrícola, tem-se o predomínio do trabalho feminino para produção para autoconsumo.

Quanto à divisão sexual do trabalho no município, observa-se que esta questão está diretamente articulada não só ao quadro de rendimentos, nos quais são ofertados às mulheres baixos salários, bem como nas profissões realizadas por elas, que em maior parte encontram-se na prestação de serviços e em atividades que legitimam as imagens de “habilidades femininas”. De acordo com dados do IBGE (2010), as profissões realizadas pelas mulheres em Várzea Alegre, independente do nível de escolaridade, encontram-se em maior parte nos setores de serviços, no trabalho doméstico, em vendas, na agropecuária e artesanato, além de educação e saúde.

No que concerne a rendimentos, a tabela 15 mostra que do total de habitantes na faixa etária, 35,45% não tinham rendimentos, destes, o grupo masculino foi mais atingido que o feminino, 40,19% e 31,01%, respectivamente.

Um outro aspecto que atinge diretamente as mulheres no mundo do trabalho é o rendimento. Em Várzea Alegre, a tabela abaixo demonstra que do total da população na faixa etária, 87,03% estavam no intervalo do sem rendimento até um salário mínimo, o que reflete que a população do município é pobre e este fator incide diretamente na condição feminina, pois nesse mesmo intervalo as mulheres estão em 88,08%, enquanto que os homens encontram-se em 87,03%.

TABELA 15 – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE. VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, O SEXO, AS CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL

| Classe de rendimento nominal mensal | Total | | sexo | | | |
|-------------------------------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | Absoluto | % | homens | % | mulheres | % |
| sem rendimentos | 11.558 | 35,45 | 6.334 | 40,19 | 5.224 | 31,01 |
| Até 1/4 de salário mínimo | 4.712 | 14,45 | 1.520 | 9,64 | 3.192 | 18,95 |
| mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo | 3.310 | 10,15 | 1.440 | 9,14 | 1.870 | 11,1 |
| mais de 1/2 a 1 salário mínimo | 8.975 | 27,53 | 4.423 | 28,06 | 4.552 | 27,02 |
| mais de 1 a 2 salários mínimos | 2.891 | 8,87 | 1.340 | 8,50 | 1.551 | 9,21 |
| mais de 2 a 3 salário mínimo | 343 | 1,05 | 189 | 1,20 | 154 | 0,91 |
| mais de 3 a 5 salário mínimo | 453 | 1,39 | 264 | 1,68 | 198 | 1,12 |
| mais de 5 a 10 salário mínimo | 288 | 0,88 | 189 | 1,20 | 99 | 0,59 |
| mais de 10 a 15 salário mínimo | 46 | 0,14 | 40 | 0,25 | 6 | 0,04 |
| mais de 15 a 20 salário mínimo | 14 | 0,04 | 14 | 0,09 | 0 | 0 |
| mais de 20 a 30 salário mínimo | 9 | 0,03 | 9 | 0,06 | 0 | 0 |
| mais de 30 salários mínimos | 8 | 0,02 | 0 | 0,00 | 8 | 0,05 |
| Total | 32.606 | 100 | 15.761 | 100 | 16.845 | 100 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Ainda sobre o recorte de gênero, um outro fator apresentado na tabela acima demonstra que as mulheres têm menores índices na classe dos sem rendimentos, porém, este índice é contrabalanceado pela inclusão feminina em trabalhos que se localizam na base da pirâmide, ou seja, há uma maior concentração das mulheres com rendimentos nas classes inferiores. Um exemplo disso é demonstrado no intervalo de até ¼ do salário mínimo, em que o índice de mulheres é o dobro do dos homens, em 18,95% para as mulheres e 9,64 para os homens.

Isto se deve ao fato de a mulher estar disponível a se sujeitar às ofertas de trabalhos precários, sem garantia de algum tipo de proteção trabalhista, que, na maioria das vezes, são ofertados em tempo parcial, com maior flexibilidade, adotando o discurso que esta mulher terá tempo livre para se dedicar ao trabalho reprodutivo no âmbito familiar, pagando-lhe um salário muito abaixo do que se deveria receber pela venda da sua força de trabalho.

Se forem somadas as classes de rendimentos de até ¼ de salário mínimo até um salário, a condição feminina continua sendo a mais afetada com 50,07% dos rendimentos para as mulheres enquanto que a renda masculina soma 46,84%. E a renda masculina continua mais elevada do que a feminina se a classe for elevada. Nos intervalos de 2 a 15 salários mínimos, a soma para os homens é de 4,33% em relação à renda feminina, que é de 2,66%.

Portanto, afirma-se o quadro de Várzea Alegre no que concerne à interlocução trabalho, renda e sexo feminino, não é diferente dos dados mundial de precarização do

trabalho, com implicações diretas na perda de direitos trabalhistas e na inserção massiva de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade.

4.3 Educação

No que se refere à instrução/escolarização, o município de Várzea Alegre possui 11.049 estudantes matriculados distribuídos em um total de 79 escolas, dentre elas públicas e particulares. Três dessas instituições atendem à esfera estadual que são: Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Maria Afonsina Diniz Macêdo, Escola de Ensino Fundamental e Médio José Correia Lima e a Escola Estadual de Educação Profissional Dr. José Iran Costa.

Quanto aos estudantes matriculados, conclui-se, de acordo com a tabela 16, que o maior contingente é atendido pela rede municipal, bem como o número de docentes apresenta-se maior neste âmbito.

TABELA 16 – NÚMERO DE PROFESSORES E MATRÍCULA INICIAL – 2010

| Discriminação | Professores | Matrícula Inicial |
|---------------|-------------|-------------------|
| Federal | - | - |
| Estadual | 72 | 2.171 |
| Municipal | 440 | 7.930 |
| Particular | 58 | 948 |
| Total | 570 | 11.049 |

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Quanto às pessoas matriculadas em creche ou escolas acima de 10 anos, observou-se a partir do cruzamento com o indicador de sexo, que as mulheres estão mais presentes na escola, com um total de 6.142 pessoas, já os homens aparecem com uma soma de 5.815, segundo dados do IBGE (2010). Estes dados demonstram que, desde o século XX, há uma melhor condição de acesso e permanência no sistema educacional do conjunto de mulheres quando comparado ao conjunto de homens. Todavia, o mesmo não se repete quando se remete ao mercado de trabalho; que será abordado nas tabelas abaixo (tabela 17).

É importante ressaltar que, embora as mulheres tenham alcançado a partir do século XX uma maior paridade entre os sexos no acesso à escola, isto não elimina, por exemplo, a intensa desigualdade educacional observada entre mulheres rurais e urbanas. Observa-se no quadro abaixo que as mulheres rurais que frequentavam a escola neste período

está bem abaixo quando comparadas as mulheres urbanas. Porém, as taxas das mulheres urbanas na situação de não frequência escolar é mais elevada que a rural.

TABELA 17 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FREQUÊNCIA À ESCOLA OU CRECHE, SEGUNDO O SEXO

| Frequência à creche ou escola | Sexo | Situação do domicílio | |
|---------------------------------------|----------|-----------------------|-------|
| | | Mulheres | Rural |
| Total | Homens | 11.238 | 7.422 |
| | Mulheres | 12.658 | 7.116 |
| Frequentavam | Homens | 3.529 | 2.286 |
| | Mulheres | 3.929 | 2.212 |
| Não frequentavam, mas já frequentaram | Homens | 6.098 | 6.098 |
| | Mulheres | 7.170 | 3.814 |
| Nunca frequentaram | Homens | 1.611 | 1.260 |
| | Mulheres | 1.558 | 1.090 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

A tabela abaixo confirma que as mulheres estão mais escolarizadas que os homens, com os níveis de instrução nos intervalos de fundamental completo ao nível superior em percentuais de 22,27% e 16,13%, respectivamente. Contudo, as taxas de sem instrução e fundamental completo superam os dados acima. As mulheres encontram-se nesse intervalo com 28,96% e os homens com quase o dobro do total acima, ou seja, 31,73%. O que demonstra a baixa escolarização municipal, que vai refletir diretamente nas condições e formas de trabalho.

TABELA 18 – PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO

| nível de instrução | homens | % | mulheres | % |
|---|---------------|--------------|---------------|--------------|
| Sem instrução e fundamental incompleto | 9.192 | 31,73 | 8.388 | 28,96 |
| Fundamental completo e médio incompleto | 2.587 | 8,93 | 2.593 | 8,95 |
| Médio completo e superior incompleto | 1.844 | 6,37 | 3.334 | 11,51 |
| superior completo | 240 | 0,83 | 670 | 2,31 |
| Total | 13.863 | 47,86 | 14.985 | 51,73 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Contudo, houve uma mudança referente às taxas de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais, pois houve um decréscimo deste índice, quando comparados os anos de 2000 – 2010, de 8,21%, bem como um aumento da população alfabetizada com 15 anos ou mais. Este fator pode ter sido proporcionado pela parceria da Secretaria de Educação do Município com a Secretaria Municipal de Saúde do Município, a SEMEDE, em que

desenvolveram um “censo emergencial”, com o objetivo de mostrar dados relativos ao número de pessoas acima de 15 anos consideradas não alfabetizadas ou em processo de “descontinuidade”, no ano 2005.

Outro fator pode estar associado à inserção da população em cursos de alfabetização para jovens e adultos. De acordo com a pesquisa realizada pelo município, verificou-se a alfabetização dos alunos que realizaram a matrícula no intervalo dos anos de 2000 a 2006: de 2000 a 2004 – 2066 alunos alfabetizados; de 2005 a 2006 – 2811 alunos alfabetizados.

No que trata da interlocução entre um maior nível de escolarização e o sexo, conclui-se que as mulheres possuem um nível maior de escolarização referente à conclusão da graduação. Entretanto, elas pertencem às profissões tradicionais femininas, que requerem das mulheres características consideradas como naturais do sexo feminino, tais como destreza, cuidado e minuciosidade.

A tabela abaixo (Tabela 19) demonstra as profissões nas quais as mulheres que possuem graduação estão inseridas, na qual se observa que a maior parte delas está em áreas de educação e saúde (enfermagem), semelhante aos dados do Brasil.

TABELA 19 – PESSOAS COM PELO MENOS NÍVEL SUPERIOR DE GRADUAÇÃO CONCLUÍDO, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO, SEGUNDO O SEXO E AS ÁREAS GERAIS

| Área de formação | Homens | mulheres |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Educação | 100 | 360 |
| Humanas e artes | 43 | 107 |
| C. Sociais, negócios e direito | 60 | 56 |
| Ciências, matemática e computação | 21 | 45 |
| Agricultura e veterinária | 10 | 5 |
| Saúde e bem estar social | 0 | 63 |
| Total | 234 | 636 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

De acordo com os dados acima apresentados, conclui-se que as mulheres do município encontram-se no processo de escolarização/formação maior que os homens, porém elas ainda ocupam espaços considerados femininos.

Desta forma, confirma-se a hipótese de que, apesar de mais escolarizadas que os homens, elas estão inseridas em trabalhos mais precários e seus rendimentos são inferiores aos masculinos. Além, disto, conclui-se que as os espaços sócio-ocupacionais em que essas mulheres estão inseridas reafirmam sua condição na divisão sexual do trabalho que relega às mulheres espaços ditos femininos, como educação, enfermagem e serviço social.

Verifica-se, também, que apesar de as mulheres terem saído do âmbito doméstico para realizar alguma atividade que gere renda, elas ainda são responsáveis pela esfera reprodutiva, como é o caso das mulheres chefes de família no município. No estudo verificou-se que, apesar de serem as responsáveis pelo rendimento familiar, esta renda é menor que a masculina e sua escolarização encontra-se mais elevada nos níveis de instrução entre sem escolarização e ensino fundamental incompleto.

Desta forma, o trabalho acadêmico conclui que a condição de gênero é afetada pela flexibilização do trabalho e que a precariedade recai sobre a figura feminina, que se apresenta mais explorada no âmbito produtivo bem como no reprodutivo.

4.4 As Associações comunitárias femininas: na busca de uma visibilidade através de mecanismos de trabalho e renda

Apesar do exposto anteriormente, Várzea Alegre apresenta uma particularidade, pois busca superar a questão do trabalho e renda através de espaços organizativos. As associações surgem como espaços para a construção de novos mecanismos e novas relações de gênero, a partir da construção e reconstrução de espaços que lhes deem visibilidade.

A desigualdade entre os gêneros encontra-se na divisão sexual do trabalho que retrata as ocupações diferenciadas entre os homens e mulheres e relega às mulheres a invisibilidade dos afazeres em que ocupam. Com as atribuições que tomam parte do tempo acrescidas das atividades domésticas, conclui-se que as mulheres pouco têm tempo para organizações e lutas sindicais e/ou partidárias.

Uma das formas encontradas foi a da geração de trabalho e renda através da constituição de associações. Uma delas é Associação Comunitária dos Fabricantes de Redes de Dormir e Bordados do Município de Várzea que foi fundada em 2005, por 27 artesãs. A data representou um avanço na organização de um movimento de um grupo de mulheres que surgiu nos anos de 1980. Essas mulheres, que já trabalhavam com artesanato e, em especial, com a confecção de redes sol a sol, ao se reunir perceberam que a construção de uma associação poderia conseguir quebrar fronteiras. O trabalho em grupo, com aumento da produção e o estabelecimento de parcerias, fez com que elas participassem da exposição em feiras importantes da região.

Outra associação comunitária que busca dar visibilidade ao seu trabalho na criação de oportunidades que gerem renda familiar foi criada em 1997, a Associação de mulheres do Sítio São Vicente e adjacências, e tinha como objetivo primordial:

[...] organizar as mulheres da região rural circunvizinha com vista à defesa de seus interesses e reivindicar, junto aos poderes públicos, a execução das medidas que lhes assegurem a satisfação de suas necessidades fundamentais, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida. (Ata da Associação de mulheres do Sítio São Vicente).

Nestes espaços, elas acreditam que podem garantir a defesa de seus direitos, e tornar seu trabalho reconhecido – seja ele na roça, no lar, ou na fabricação de crochês e bordados – pelos próprios companheiros e pela sociedade, como demonstram as falas encontradas nas atas das reuniões. Essas mulheres produzem bolsas, cadeiras, tapetes, a partir das taboas de banana. Esta planta é encontrada na própria comunidade e fornecida à associação sem nenhum custo.

Segundo as atas das reuniões, consta que a criação da associação surgiu a partir da necessidade de gerarem renda para a comunidade e para as mulheres, especificamente. Estas buscaram informações e cursos em instituições como o SEBRAE. E foi através desses cursos que elas aprenderam a desenvolver as atividades.

Contudo, autoras como Silva (2002) relatam que essas instituições, ao invés de darem acesso à capacitação para mulheres, como meio de contribuir com a desigualdade de gênero, reproduzem mecanismos de subordinação através de cursos que estimulam o desenvolvimento das ditas habilidades femininas, como os cursos de corte-costura, cabelereiros, manicures, doceiras; que também são desenvolvidos para as beneficiárias de programas de transferência de renda na busca de garantia de trabalho e renda no âmbito da Assistência Social.

Contudo, a construção dessas associações é um dos espaços de auto-organização das mulheres, que conseguem dar sua visibilidade, não só como mulher, mas também como trabalhadora, nos espaços públicos, pois, ao exporem em feiras, elas restabelecem sua condição de gênero e retiram o histórico de que só os homens podem estar presentes em âmbito público como os das feiras e os de participação política.

Segundo Heredia (1979), no espaço da feira, cabe ao homem, além de atender ao consumo familiar, a venda de seus produtos quando necessário. É através da venda que há uma identidade como produtor, pois é neste espaço que ele demonstra que detém o saber, pois é na venda que ele irá garantir a qualidade do que foi produzido. A mulher, neste local, é

encarregada de providenciar elementos que fazem parte da casa, como roupas, toalhas, calçados, destinados ao consumo individual dos membros familiares.

Segundo Silva (2005), as associações se engendram como um meio de tornar visível o trabalho produzido pelas mulheres, principalmente quando sua produção passa a ser comercializada nas feiras da cidade e nas regiões circunvizinhas. A efetivação do trabalho dessas mulheres é demonstrada na expansão dos locais que vão para o comércio.

Mesmo diante desse novo fator, não podemos deixar de perceber o trabalho feminino como um local permeado pela divisão sexual do trabalho, estabelecendo funções de acordo com a idade e o sexo, atribuindo ao homem o papel de produtor e à mulher o de mantenedora do lar; imbricadas a hierarquia de gênero e as relações de poder. Diante desta conclusão, é de extrema necessidade a ampliação do debate acerca das condições de trabalho e vida das mulheres, pois este ainda é limitado diante das várias mediações que existem e que não puderam ser explicitadas neste trabalho, como saúde, saúde reprodutiva, associações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identidade

Preciso ser um outro
 para ser eu mesmo
 Sou grão de rocha
 Sou o vento que a desgasta
 Sou pólen sem insecto
 Sou areia sustentando
 o sexo das árvores
 Existo onde me desconheço
 aguardando pelo meu passado
 ansiando a esperança do futuro
 No mundo que combato morro
 no mundo por que luto nasço

Mia Couto

Ao iniciarmos este texto buscamos apreender as dimensões da situação feminina no contexto de mundialização do capital, através das dimensões do trabalho, escolarização e rendimentos. A pesquisa buscou demonstrar que, apesar do maior acesso às mulheres na esfera produtivas e da maior qualificação, as desigualdades salariais destas eram menores que o rendimento masculino. Assim, a análise evidenciou contradições diversas nas dimensões do trabalho feminino, retratando que, embora tenha se constituído no plano econômico a feminização do trabalho com maior acesso das mulheres aos mais diversos postos de trabalho, esse ingresso e permanência no mercado de trabalho não se deu com uma melhora na situação de vida das mesmas.

Ao contrário, as mulheres ocupam postos de trabalhos precarizados, terceirizados e informais, e ocupam em sua maioria, como demonstra os dados - sejam em âmbito mundial, nacional e local, como é o caso de Várzea Alegre – em postos de trabalhos considerados femininos, ou seja, menos valorizados. A existência de atividades ditas femininas ou masculinas não são resultados de um processo natural e/ou espontâneo, ao contrário, resultam da construção concreta das relações sociais, determinadas pelos interesses dominantes. E, uma das formas de expressão que determina as desigualdades nas relações sociais, especificamente a das relações sociais de gênero, é a divisão sexual do trabalho.

Observamos durante o texto que as relações sociais de gênero são engendradas pela divisão sexual do trabalho e se apresentam de forma hierarquizadas, desiguais, assimétricas, seja pela exploração capital/trabalho seja pela dominação masculina sobre a feminina e, expressam a articulação fundamental entre produção e reprodução social. Vale ressaltar que esta divisão é um processo histórico e metamorfoseia-se de acordo com a sociedade. Contudo, na sociedade capitalista ela tem o papel de assegurar os lucros do capital. Esses maiores lucros são possibilitados pela superexploração do trabalho, através da presença marcante das mulheres nas esferas produtivas, bem como pelo trabalho doméstico não remunerado e/ou mal pago.

Deste modo, a divisão sexual do trabalho tanto na esfera doméstica como na esfera produtiva expressa uma hierarquia de gênero, que influencia na qualificação do trabalho feminino, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo. Isso ocorre porque como observamos a relação capital/trabalho incorpora uma hierarquia de gêneros, expressas em categorias como qualificação, responsabilidade, que não podem ser neutras a sexo, nem tampouco as classes. Assim, “a reprodução das relações sociais capitalistas de produção, também é a reprodução da divisão sexual do trabalho.” (NOGUEIRA, 2006, p.212)

Observa-se, também, que muitas das profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são vistas como ocupações subordinadas, devido a baixa qualificação exigida, pelas jornadas parciais de trabalho, pelo baixo rendimento e por sua feminização. Deste modo, voltamos a reafirmar que a divisão sexual do trabalho não contempla nenhuma neutralidade.

Assim, a assimetria do trabalho feminino e masculino, por meio da divisão sexual do trabalho, não é segmentada apenas no que equivale ao sexo, mas na hierarquização. “A ideologia sexista” representada pelas instituições (Igrejas, escola, famílias) naturaliza o papel conservador atribuído às mulheres, representados nas qualidades, habilidades e “nas ‘missões sagradas’, como a maternidade, sendo estas inatas ao papel feminino, portanto, aparentemente, inquestionáveis (CISNE, 2012, p.134). E, é essa ideologia que faz com que muitas mulheres busquem carreiras extensivas às atividades domésticas, vinculadas a reprodução social.

Outra observação efetuada durante a pesquisa é que a interseção entre o trabalho e a reprodução serve ao capital não apenas pela exploração da força de trabalho feminina, mas porque as atividades desempenhadas pela força de trabalho feminina no espaço doméstico garantem a manutenção dos trabalhadores e trabalhadoras bem como a dos futuros trabalhadores. Deste modo, as atividades não remuneradas, relegadas ao espaço do lar como lavar, passar, cozinhar, tem papel fundamental na reprodução do trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos.

Assim, a responsabilidade maior pelo âmbito do lar junto às atividades desempenhadas no trabalho assalariado no campo da produção expressa uma dupla jornada de trabalho e delas decorrem, além da exploração do capital, uma forte opressão de gênero. Essa relação de exploração e opressão ocorrem respectivamente e baseiam-se na articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções na reprodução.

Portanto, parece que o discurso dominante de acesso à igualdade entre homens e mulheres, seja por meios jurídicos ou por dados, torna-se destoante diante de uma leitura crítica sobre a situação feminina no mundo contemporâneo. Deste modo parece “irônico” conceber uma verdadeira igualdade dentro do sistema do capital, pois como falar de uma igualdade entre os sexos, se as mulheres ganham menos do que os homens, se seu trabalho é invisibilizado, principalmente se for executado no âmbito do lar? Como discorrer sobre uma possível igualdade, se apesar de serem mais qualificadas, encontram-se em trabalhos mais precários? Como abordar sobre as mulheres que exploram outras?

As respostas positivas a essa suposta igualdade somente seriam dadas se as análises sobre a situação feminina fossem efetivadas a partir do ponto de vista ideológico burguês que impute na população, através das redes de comunicação e das instituições, a idéia de que, atualmente, as mulheres ocupam postos antes masculinos, que estão mais qualificadas para o trabalho, que permanecem mais tempo no trabalho, que o crescimento da chefia familiar demonstra que a mulher possui rendimentos, que o acesso a titularidade feminina é uma grande conquista.

Deste modo, não se pode pensar no sistema do capital segundo o “princípio de igualdade real”, pois ele não consegue se manter em seu conjunto, “sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas” (MÉSZÁROS, 2002, p.268 – 269). Essa estrutura de poder pode ser vislumbrada na família,

tem-se que a estrutura que tem mais domínio do capital sobre a sociedade é “perpetuação - e internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital”. pois, pensar a família que permite um comportamento não-conformista ,na base de um sistema de valores igualitários contra a subordinação, seria a derrocada do do ponto de vista capital. (Idem, p.271)

Para um bom funcionamento do sistema do capital a premissa da verdadeira igualdade é inaceitável, uma divisão sexual do trabalho menos desigual tende a permanecer não integrável na lógica dominante. Assim, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa, remete a uma luta contra o próprio capitalismo. E esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações

Assim, a questão da relação de poder não pode ser diluída na falsa noção de igualdade de oportunidade. “Implorar a um sistema de reprodução do metabolismo social perverso – baseada na pernicioso divisão hierárquica do trabalho – a concessão de oportunidades iguais para as mulheres”, é mistificar a existência de uma divisão sexual do trabalho igualitária (idem, ibidem, p.272). Dessa forma, a condição prévia para uma verdadeira igualdade dá-se na crítica radical do funcionamento do sistema estabelecido e de sua estrutura.

Portanto, a conquista da igualdade de gênero, não poderá ser efetivada apenas no equiparação aos homens, ou seja, não será resultado apenas da emancipação feminina, mas sim articulada à luta de classes para que haja a conquista da sociedade livre e de seres humanos emancipados. Desse modo, faz-se necessário extinguir não só as desigualdades em que as mulheres encontram-se associadas, mas todas as desigualdades em que ela encontra-se associada, como as desigualdades de raça/etnia, geração e classe.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **A Situação da mulher no mercado de trabalho Latino Americano**. In: Textos Para Debate Internacional-Cadernos Cut- nº 11-São Paulo, 1998
- ÁVILA, M.B. **Divisão do trabalho sexual e trabalho doméstico**. Recife. SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia. 2009.
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- _____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ed. São paulo: Cortez, 2008.
- _____. Produção Liofizada e a precarização estrutural do trabalho. In: **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. Raquel Santos Sant'Ana (org) et. al. 1. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e enfoque de gênero. In: **Revista Crítica Marxista**, n 11. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ARAÚJO, C. & SCALON, C. (orgs) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAÚJO, N. **A industrialização no Ceará: breves considerações**. Instituto de Estudos Socioambientais.UFG. V. 27. Jan/jun. 2007.
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 1990: la pobreza**.Washington, DC: BM, 1990.
- _____. **Prioridades y estrategias para la educación:** estudio sectorial del BM. Versión preliminar. Washington, DC: BM, 1995.
- BEHRING, E. R. **Política Social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti- 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 02)
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)
- BRUMER. A. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher no Rio Grande do Sul**. Estudos Feministas. Florianópolis. (205-227) jan/abr 2004
- BRUSCHINI, Cristina. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes**. In: Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, 2º semestre de 1994; pp. 179-199.
- _____. **Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher**. São Paulo: Nobel, 1998.
- _____. **Teoria crítica da família**. Cadernos de Pesquisa nº37. São Paulo, 1981

BRUSCHINI, C. et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**, Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M.R. **Trabalho feminino no Brasil no final do século**: ocupações tradicionais e novas conquistas. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. 1996

CARLOTO, C.M. **Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino**. <www.srevista.uele.br/c_v4n2_carloto.htm> Acessado em: 24 de jan de 2002.

_____. **A Chefia Feminina nas Famílias Monoparentais em Situação de Extrema Pobreza**. In: Revista Textos e Contextos, Londrina, n. 4, ano IV, p.1- 17, dez. 2005.

CISNE, M. **Gênero e divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998.

GUERRA, Yolanda. **Os Caminhos e os Frutos da “Virada”**. In Revista Praia Vermelha nº 2. 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. S. Paulo. Ed. Paz e Terra. 1997

HIRATA, H. **Globalização e Divisão Sexual do Trabalho**. In: Cadernos Pagu (pp 139-136). 2001.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo, Boitempo, 2004.

HIRATA, H. & LÊ DOARÉ, H. **Os paradoxos da globalização**. São Paulo. Cadernos Sempreviva. Sempreviva Organização Feminista (SOF). (1999).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em: 06 de abr. 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006** <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/soagro/2006/agropecuario.pdf> Acessado em 07 de abr de 2013.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/default.shtm>> Acessado em 07 de abr de 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as**

mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

LAVINAS, L. & CAPELLIN, P. **Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical.** CUT/DNTR. São Paulo. 1991

LAVINAS, L. **Universalizando Direitos.** In CARVALHO, F.L. (coord). Observatório de Cidadania: Relatório 2004. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

LESSA, Sérgio. **Lukács: trabalho e ontologia do ser social**1 Comunicação apresentada no II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Lindóia, São Paulo, 1996. Disponível em http://www.sergiolessa.com/Palestras/Trabalho_Onto1996.pdf. Data do acesso 13 de maio de 2013.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, J.P.A. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010.** Rio de Janeiro: Grammond Universitária, 2010. P. 369- 418.

LOBO, E. S.- **A Classe Operária tem dois sexos,** São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 2011.

MATIAS DOS SANTOS, V. **Sobre mulheres, ciência e discursos.** Revista Emancipação, UEPG: 69-96, 2006. < <http://www.faculdaDESCEARENSES.EDU.BR/Revis>> Acessado em 10 de jan de 2006

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Editora da UNICAMP/BOITEMPO: 2002.
MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 8ª ed. S. Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1999.

NETTO, J.P. BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – Um estudo das trabalhadoras do telemarketing.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44cnogueira.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2010.

NOMA, A. K. GOUVÊA, L.A.V.N. **A educação feminina na perspectiva das agências multilaterais.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.45, p. 263-280, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Homens e mulheres na esfera do trabalho.** 2006.

ONU. **Declaração do Milênio.** Nova Iorque, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

_____, **A Mulher na Sociedade de Classes**, Editora Vozes, R.J., 1976

_____. **Gênero e Partriarcado: violência contra as mulheres**. In. VENTURI, G., RECÁMAN, M. E OLIVEIRA, S. (orgs). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. S. Paulo: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2004.

_____. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero e Partriarcado: violência contra as mulheres**. In. VENTURI, G., RECÁMAN, M. E OLIVEIRA, S. (orgs). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. S. Paulo: Editora Fundação Perseu de Abramo, 2004.

ROSEMBERG, F. **Políticas Educacionais e gênero: um balanço do ano 1990**. Cadernos Pagu, 2011: pp. 151-197

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS CORPO, 1989.

SITKOVSKY, M. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: **Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. Ana Elizabeth Mota (org) – São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, R. R. **Centro Cívico de Várzea Alegre**. 2004. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

UNICEF. Situação mundial da infância. **Mulheres e crianças: o duplo dividendo da igualdade de gênero**. Brasília: UNICEF, 2007.

VIANNA, C; UNBEHAUM, S. **O Gênero nas Políticas Públicas de Educação**. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas: Autores Associados, São Paulo, 2004, v. 34, n. 121, p. 77-104.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Projeto Ético-político do Serviço Social**. In SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais.- Brasília. 2009. (Publicação: CFESS-ABEPSS. V. 1)

_____, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva.; YASBEK, Maria Carmelita, GIOVANNI di Geraldo. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA JUNIOR, J. **A Reestruturação Produtiva e a Crise da Escola**. UFMG. Belo Horizonte, 2001. (Tese)

ZIMMERMANN, C. R. **O Programa Bolsa Família sob a ótica dos direitos humanos**. In: Seminário Nacional sobre Programas de Transferência de Renda, 2005. **Anais**. São Luis: EDUFMA, 2006. p.129-140.

